

**ESCOLA MUNICIPAL PROF° NELSON JOÃO SPERANDIO**  
**ENSINO FUNDAMENTAL**

Rua Maria Cândida de Jesus, 112, Conjunto Habitacional Miguel Petri

Fone (043) 3178-0278

E-mail: [escolanelson@ibipora.pr.gov.br](mailto:escolanelson@ibipora.pr.gov.br)

CEP: 86200-000 – Ibiporã – Pr

**PROJETO POLÍTICO**  
**PEDAGÓGICO**

Ibiporã  
2022

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1-INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	8
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA.....</b>	<b>9</b>
3.1. DENOMINAÇÃO COMPLETA DO ESTABELECIMENTO .....	9
3.2. ENDEREÇO .....	9
3.3. DADOS TELEFÔNICOS PARA CONTATO.....	9
3.4. MUNICÍPIO.....	10
3.5. ENDEREÇO ELETRÔNICO.....	10
3.6. NOMENCLATURA COMPLETA DA ENTIDADE MANTENEDORA.....	10
3.7. SÍMBOLOS OFICIAIS .....	10
3.8. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO.....	10
<b>4- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....</b>	<b>11</b>
4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA .....	12
4.1.1 Caracterização De Cada Setor.....	12
4.1.1.1 Conselho Escolar .....	13
4.1.1.2 Direção .....	13
4.1.1.3. A.P.M (Associação de Pais e Mestres) .....	13
4.1.1.4. Equipe Técnica Administrativa .....	13
4.1.1.5. Equipe Pedagógica .....	14
4.1.1.6. Equipe Auxiliar Operacional .....	14
4.1.1.7. Equipe Docente.....	15
4.1.1.8. Alunos .....	15
4.2. ESTRUTURA PEDAGÓGICA .....	15
4.2.1 Ofertas de Ensino.....	15
4.3. FORMAS DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	16
4.4. ESPAÇO FÍSICO .....	19
4.5. ESPAÇOS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.....	20
4.5.1 Caracterização De Cada Setor.....	20
4.5.2. Atividades Complementares.....	23
5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR .....	23
4.6 REGIMENTO INTERNO .....	24
<b>5. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS .....</b>	<b>34</b>
<b>6. CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>42</b>
6.1. O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO .....	42
6.3– O PAPEL DA ESCOLA E OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO .....	43

6.3.1 – Estrutura Disciplinar E A Integração Curricular .....	45
6.3.2. A Estrutura Curricular E A Integração Curricular .....	46
6.4 – <i>A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO</i> .....	48
6.4.1 – Educação Inclusiva .....	53
6.5 – <i>CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM</i> .....	56
6.6- <i>CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO</i> .....	57
<b>7. PREPOSIÇÕES DE AÇÕES – METAS</b> .....	<b>62</b>
<b>8.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>72</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>73</b>

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

### APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Nelson João Sperandio não é um documento definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária e está em acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos que os envolvidos neste processo. Que Escola queremos construir? Que conhecimentos nossos alunos/as precisarão ter para de fato, exercer a sua cidadania, nesta sociedade tão cheia de conflitos? Conflitos estes que estão presentes no espaço escolar, nas relações pessoais, no confronto das ideias, e também no surgimento de novas concepções, das dúvidas e da necessidade do diálogo entre os sujeitos aprendentes (comunidade escolar). Tais situações serão apresentadas no decorrer deste documento, nas linhas e nas entrelinhas de cada parágrafo, resgatando o aspecto histórico de como cada momento foi sendo produzido e construído.

Este documento é o resultado de um esforço conjunto dos profissionais da educação desta unidade escolar com o objetivo de respaldar as ações administrativas e pedagógicas no âmbito deste estabelecimento educativo. Há consciência, por parte dos educadores e da comunidade escolar desta Instituição de Ensino, de que representa apenas um germe de projeto político pedagógico e se encontra aberto a todo e qualquer tipo de sugestão e encaminhamentos. Sabemos que nenhum projeto político pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de se cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história. Portanto, nossa reflexão continua baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade.

## 1- INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola Nelson João Sperandio é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando exigências legais do sistema, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar. Reconhecemos características fundamentais desse documento a consideração e aplicação daquilo já instituído: Legislação, currículos, métodos, conteúdos etc., assim como instituir, estabelecer e criar objetivos, procedimentos, documentos, instrumentos, hábitos e valores que possam identificar e personalizar a própria cultura escolar. Mais que um instrumento que interpreta e aplicam às leis e diretrizes educacionais, o Projeto Político Pedagógico é um organismo vivo que norteia ações que surgem de ideais de valorização da integridade humana.

Nessa caminhada é imperativo fazer educação de forma corajosa e comprometida com os verdadeiros anseios, princípios e valores humanos dentro do meio social no qual ele está inserido.

O Projeto Político Pedagógico busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio-político e com os interesses reais e coletivos da população predominante. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da concretização da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de se definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (Veiga, 1995)

O Projeto Político Pedagógico é o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É, antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e a comunidade como um todo. Essa prática de construção de um projeto deve estar amparada por concepções teóricas sólidas e supõe o aperfeiçoamento e a formação de seus agentes. Só assim serão rompidas as resistências em relação a novas práticas educativas. Os agentes educativos devem sentir-se atraídos por essa proposta, pois só assim terão uma

postura comprometida e responsável. Trata-se, portanto, da conquista coletiva de um espaço para o exercício da autonomia.

Em seus escritos, Veiga (1997) traz reflexões acerca da construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas. Destaca a construção de um projeto em busca da real qualidade de ensino, em acordo com as especificidades presentes em cada comunidade escolar. Para isso, procuramos envolver todos os que contribuem com o ambiente da escola: pais, alunos, professores, funcionários, direção e comunidade social, os quais, num processo de coletividade, encontraram os fundamentos e as necessidades que norteiam este Projeto Político Pedagógico.

Temos a escola como um ambiente de construção de conceitos, transmissão dos conhecimentos, historicamente acumulados e de formação da cidadania de maneira crítica e atuante na sociedade. Além desse aspecto, a escola é também uma instituição burocrática, a qual possui profissionais de cunho administrativo, que prestam contas de seus investimentos e da manutenção do prédio escolar. Todo esse conjunto que forma a escola busca, por meio do Projeto Político Pedagógico, além da qualidade e organização do trabalho pedagógico, uma autonomia que a fortaleça.

A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico é algo evidente neste processo:

(...) busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. (...) o projeto político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva. (VEIGA, 1997, p. 23).

(...) busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. (...) o projeto político pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva. (VEIGA, 1997, p. 23).

O Projeto Político Pedagógico deste Estabelecimento de Ensino, como forma de organização do trabalho, fundamenta-se nos princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita:

Obedecendo ao Decreto nº 3298/99, que regulamenta a Lei nº 7853/89, a qual dispõe sobre a política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, nossa Instituição oferece também a educação inclusiva atendendo alunos com necessidades especiais.

A escola insere os estudantes com necessidades educacionais especiais em classes comuns do ensino regular, distribuindo-os pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiam das diferenças e ampliam positivamente as experiências de todos os alunos. Em relação a tais alunos, cabe ressaltar, que serão contemplados, também, com uma escola conteudística, entretanto, lhe será assegurada adaptação de proposta curricular, conforme suas condições cognitivas de aprendizagem.

Na inclusão, o currículo nasce partindo do Projeto Político Pedagógico da escola, viabilizando sua operacionalização, sendo um canal facilitador no sentido de orientar as atividades educacionais, criando estratégias de como executá-las, definindo assim suas finalidades, sugerindo sobre o quê, quando e como ensinar, o que, como e quando avaliar.

O Projeto Político Pedagógico deste Estabelecimento de Ensino, como forma de organização do trabalho, fundamenta-se nos princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita:

- A - Igualdade - de condições para acesso e permanência na escola. Sabemos que há grandes desigualdades de natureza sócio-econômica, cultural e de cor entre as crianças, antes mesmo de chegarem à escola. Os alunos já são desiguais no ponto de partida. Sabemos também que a escola é permeável aos mecanismos de discriminação e exclusão que existem na sociedade e procuraremos formar cidadãos que possam modificar esta situação.
- B - Qualidade - não pode ser exclusiva de professores ou alunos pertencentes a minorias sociais. O desafio do Projeto Pedagógico da escola é viabilizar a qualidade para todos, o que vai muito além da meta quantitativa do acesso global. Qualidade implica consciência crítica e capacidade de ação, de saber.

- C - Gestão democrática - é um princípio consagrado na Constituição e abrange as dimensões: pedagógica, administrativa e financeira da escola.
- D - Liberdade - é um princípio consagrado na Constituição e está necessariamente associado à idéia de autonomia. Liberdade e autonomia fazem parte da própria natureza do ato pedagógico.
- E - Valorização do magistério - é um princípio central na discussão do Projeto Pedagógico. A qualidade de ensino e o sucesso na tarefa de educar estão intimamente relacionados à: Formação - inicial e continuada; às condições de trabalho - recursos didáticos, físicos, humanos e materiais, número de alunos na sala de aula; à remuneração docente

## **ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICOS)**

### **2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

A Escola Municipal Professor Nelson João Sperandio– Ensino Fundamental foi criada por meio do Decreto nº 583 de 29 de outubro de 2014, na gestão do Prefeito Senhor José Maria Ferreira, sendo destinada ao atendimento em período integral do Ensino Fundamental anos iniciais.

A escola recebeu este nome em homenagem a Nelson João Sperandio que foi professor e colaborou com o desenvolvimento da Educação em Ibiporã.

Por meio da Resolução 009/2015, da Secretaria Municipal de Educação, teve autorização de funcionamento destinada ao atendimento em período integral.

A Escola começou funcionar no dia 23 de fevereiro de 2015 com a direção da professora Ivonete Dias.

No ano de 2018 a professora Susanne Torres Guimarães é indicada para a direção da escola. No ano de 2020 não tendo eleição para direção assume o cargo de diretora por indicação a professora Eliane de Fátima Souza.

Em 2021, a Resolução 007/2021 autoriza o funcionamento da Educação no Ensino Fundamental, dessa forma foi indicada para o cargo de direção à

professora Gisele Matias de Lima Pereira. Em 2022 reassume a direção da escola a professora Eliane de Fátima Souza.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, neste ano de 2022, os rumos que a educação municipal buscou trilhar para minimizar o contexto pós-pandêmico do presente momento e iniciar uma retomada educacional prezando pela qualidade e aplicabilidade dos conteúdos alinhados à Base Nacional Comum Curricular – BNCC e ao Referencial Curricular do Paraná.

A proposta política pedagógica municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

*Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p.7)*

### **3. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DA MANTENEDORA**

#### **3.1. DENOMINAÇÃO COMPLETA DO ESTABELECIMENTO**

Escola Municipal Profº Nelson João Sperandio - Ensino Fundamental

#### **3.2. ENDEREÇO**

Rua Maria Cândida de Jesus, 112 – Conjunto Habitacional Miguel Petri  
CEP: 86200-000

#### **3.3. DADOS TELEFÔNICOS PARA CONTATO**

(43) 3178-0278

### 3.4. MUNICÍPIO

Ibiporã - Paraná

### 3.5. ENDEREÇO ELETRÔNICO

E-mail:escolanelson@ibipora.pr.gov.br

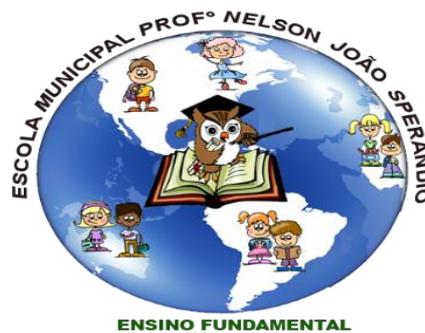
### 3.6. NOMENCLATURA COMPLETA DA ENTIDADE MANTENEDORA

Prefeitura Municipal de Ibiporã

**CÓDIGO INEP: 41155874**

Código do curso	Turma
4042	EFAnos Iniciais (1º ao 5º ano)

### 3.7. SÍMBOLOS OFICIAIS



### 3.8. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A Escola Municipal Professor Nelson João Sperandio atende seus alunos no período integral. Dentro do período os alunos ficam na escola, eles

passam por dois intervalos, um no período da manhã e outro no período da tarde o recreio é assistido pelo monitor de pátio, coordenadoras e diretora.

07h30	Entrada dos alunos
07h30	Início das aulas período matutino
11h30	Almoço
13h 00	Início das aulas período vespertino
16h 00	Saída dos alunos e término das aulas

#### **4- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO**

A Escola Municipal Profº. Nelson João Sperandio – Ensino Fundamental, pretende reorganizar sua estrutura administrativa, pedagógica e social, concentrando todos os esforços para que a Instituição como um todo obtenha os melhores resultados no que tange à busca do saber pelos educandos.

A escola tem em suas instalações cinco pavilhões. Todos possuem iluminações fluorescentes. Possui dezesseis salas de aulas usadas para apresentação e discussão dos saberes historicamente construídos. Estão equipadas com quadro negro, carteiras, lousa digital e armários.

Contamos ainda com uma biblioteca, espaço destinado ao contato com saberes clássicos das ciências e da literatura. Está equipada com vários livros de literatura, e outras produções bibliográficas capazes de enriquecer a prática do professor. Há mesas para agrupar os alunos e 05 (cinco) computadores, monitores e internet, o qual é destinado para pesquisas e uso dos professores

No setor administrativo, contamos com uma sala de direção, na qual a diretora realiza suas atividades e dá atendimento aos pais, alunos e demais funcionários. Há, também, uma sala destinada para a Coordenação Pedagógica da escola. Neste setor há uma sala onde funciona a secretaria da escola e está equipada com computador, internet, impressora, mesa, cadeiras giratórias, armário, arquivos de aço e máquina xerocadora.

Contamos com uma sala para os professores, sendo que, para um bom andamento do trabalho, o ambiente destinado ao funcionamento desta sala é ocupado de forma organizada, com privacidade, uma vez que são repassados recados durante o período em que os professores ali se encontram. Quanto ao banheiro dos professores, possuímos instalações separadas masculino e femininas.

Possui ainda uma cozinha, espaço destinado ao preparo da alimentação, com equipamentos básicos que buscam atender aos alunos, dando-lhes alimentação no período em que permanecem na Instituição. O refeitório possui mesas, bancos, dois bebedouros com água gelada e três torneiras. Ao lado das salas de aula, encontram-se os banheiros dos alunos: feminino e masculino com as adaptações necessárias para atendimento de alunos especiais.

Em relação ao local da prática da Educação Física, os alunos a fazem na quadra esportiva ao lado da escola. O espaço ao ar livre é para os alunos fazerem intervalo, lancharem e brincarem.

Portanto, todo espaço existente é destinado ao processo ensino aprendizagem, considerando essencial desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos.

#### 4.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA



##### 4.1.1 Caracterização De Cada Setor

#### 4.1.1.1 Conselho Escolar

Participa da gestão da escola e da vida escolar do aluno, de forma a facilitar os trabalhos e, conseqüentemente, o alcance dos objetivos. O Conselho Escolar deste Estabelecimento de Ensino está constituído pela direção, representantes da: equipe pedagógica; docentes; alunos; pais; funcionários; APM e comunidade. Tem se reunido sempre que são acionados pela direção a fim de favorecer a gestão democrática do estabelecimento. Os casos mais importantes da gestão estão contando com a colaboração deste conselho, tais como: problemas de aprendizagem; problemas atitudinais e aprovação de documentos importantes relacionados à vida legal deste estabelecimento.

#### 4.1.1.2 Direção

É o órgão gestor para o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais da Escola, definidos no seu Projeto Político Pedagógico. A Direção é exercida pelo Diretor, eleito pela comunidade escolar. O diretor (a) é o elemento que representa legalmente a escola e tem como encargo a administração do estabelecimento, como chefe imediato dos professores (as) e funcionários (as). Tem como incumbência geral dirigir e supervisionar todas as atividades realizadas em consonância com o Projeto Político Pedagógico e as Deliberações do Conselho Escolar, respeitando também as disposições legais.

#### 4.1.1.3. A.P.M (Associação de Pais e Mestres)

É uma instância colegiada com papel fundamental dentro do estabelecimento, pois enfatiza de maneira positiva a gestão democrática. Os recursos financeiros são geridos por esta associação e as reuniões ordinárias constam sua periodicidade em Estatuto próprio. Além destes encontros, são realizadas reuniões sempre que se fazem necessárias. Dentro da comunidade escolar participa em promoções e eventos pertinentes a escola.

#### 4. 1.1.4. Equipe Técnica Administrativa

É responsável por todos os documentos expedidos e recebidos pela escola, especialmente, em relação aos alunos. Tem a função de organizar, elaborar e guardar todas as informações sobre a vida escolar do aluno, bem como manter registros e arquivos dos ex-alunos. Executar serviços de organização de arquivo, preservação de documentos, coletânea de leis e escrituração de documentos escolares, registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores, organizar e preparar a documentação necessária para o encaminhamento de processos diversos. Além disso, colabora para com a conscientização do aluno em relação ao verdadeiro papel da escola: o ensino

#### 4. 1.1.5. Equipe Pedagógica

Profissional que facilita o estabelecimento de relações entre todos os grupos que desempenham o fazer pedagógico, refletindo e construindo ações coletivas. Cabe a ele orientação e participação efetiva no cotidiano pedagógico da escola com vistas ao perfil do aluno a se formar

#### 4. 1.1.6. Equipe Auxiliar Operacional

Responsáveis pela efetivação do bom andamento do cotidiano escolar no tocante a limpeza, organização e higienização. Tem a seus encargos a manutenção, preservação, sendo coordenados e supervisionados pela Direção. Além disto, não deixam de possuir como responsabilidade a participação na conscientização dos alunos sobre questões pertinentes a seu trabalho, colaborando, portanto, com a formação social do aluno.

Responsável pela preparação da merenda escolar temos a merendeira que tem como objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promovendo a formação de hábitos alimentares saudáveis.

#### 4. 1.1.7. Equipe Docente

São responsáveis pela efetivação do trabalho pedagógico, estando, portanto, encarregados de colocar em prática todo o procedimento metodológico constante no Projeto Político Pedagógico, bem como ter aprofundado conhecimento dos conteúdos a serem ensinados e plena consciência dos melhores procedimentos para a avaliação

#### 4. 1.1.8. Alunos

Esta escola acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais. Todo estudante tem direito

- Educação pública gratuita e de qualidade;
- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.
- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
- Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
- Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente

### 4.2. ESTRUTURA PEDAGÓGICA

#### 4.2.1 Ofertas de Ensino

Este Estabelecimento de Ensino funciona em Período Integral, proporcionando aos alunos materiais do currículo Básico Nacional e BNCC, com matérias específicas diariamente, com professores regentes bem como Inglês, arte e educação física ministradas por profissionais formados na área atuante seguindo os seguintes horários:

7h30	Início das aulas
9h30	Café da manhã 1º e 2º anos
9h45	Café da manhã 3º anos, 4ºano A,4ºanoB
10h00	Café da manhã 4ºano Cº e 5ºanos
11h30	Almoço dos 1º anos e 2º anos
11h50	Almoço dos 3º anos ,4ºano A,4ºanoB
12h 10	Almoço dos 5º anos
12h 30	Término do almoço
13h	Início das aulas período vespertino
14h30	Lanche da tarde 1º e 2º anos
14h45	Lanche da tarde 3º e 4º anos, A e B
15h	Lanche da tarde 4ºano Cº e 5ºanos
15h30	Término do lanche da tarde

#### 4.3. FORMAS DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

A educação é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à dignidade da pessoa humana, bem maior do homem, sendo que por isso o Estado tem o dever de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Conforme art. 208 da CF, o direito à educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. O Estatuto da Criança e do Adolescente reproduzindo a CF apresenta o direito ao ensino básico, em seu art. 54 como direito público, já a LDB ou lei 9394/1996 estabelece em seu art. 32, a duração do ensino fundamental de 9 anos, começando ao sexto ano de vida, prevê ainda as metas que o ensino básico deverá proporcionar ao cidadão. A garantia do ensino fundamental obrigatório é o mínimo em termos de educação, uma vez que este integra o núcleo do princípio da dignidade da pessoa humana, formado pelas

condições materiais básicas para a existência. A matrícula em qualquer ano deverá ser feita através da Secretaria Municipal de Educação que dispõe de lista da documentação necessária e que através do georeferenciamento encaminha o aluno a escola mais próxima da sua casa ou onde houver vaga disponível.

O ato de matrícula, os pais ou responsáveis tomarão conhecimento das disposições gerais do Estabelecimento. A matrícula será feita em formulário próprio que contenha os dados essenciais para identificação da criança e situação familiar, ficha de saúde, termo de uso de imagem bem como a assinatura dos pais ou responsável. Haverá renovação de matrícula, mediante a assinatura do pai, mãe ou responsável.

**I -** No ato da matrícula os pais ou responsável legal deverão apresentar obrigatoriamente, a seguinte documentação:

- a)** Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
- b)** Cópia da fatura de energia elétrica (expedida em até 90 dias);
- c)** Atestado de Vacina (obtido mediante a apresentação da carteira de vacina a uma Unidade de Saúde);
- d)** Cópia do cartão do benefício Bolsa Família (se for beneficiário);
- e)** Cópia de documento que conste o número do NIS do aluno (se for da Educação infantil e beneficiário da Bolsa Família);
- f)** Cópia do cartão do SUS;
- g)** Cópia do RG (caso o aluno possua);
- h)** CPF do responsável pela matrícula;
- i)** Histórico escolar ou declaração de transferência expedida pela escola de origem.
- j)** Ficha individual do aluno com as notas já lançadas pela escola de origem.

**II -** Para a rematrícula de estudantes deverá ser realizada de forma presencial seguindo os critérios abaixo:

- a)** Novo atestado de vacina;
- b)** Cópia da fatura de energia elétrica (expedida em até 90 dias);
- c)** Em caso de mudança de outros dados do cadastro do aluno, deverá ser apresentada documentação que comprove a alteração;
- d)** Xerox do cartão Bolsa Família, caso torne-se beneficiário.

**III** –Para matrículas por transferência, além dos documentos básicos especificados para a matrícula de ingresso, é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Histórico Escolar e/ou Declaração da escola de origem;
- b)** Declaração de existência de vaga (obrigatória em caso de transferência dentro da rede municipal);

**§ 1º** - A escola de origem terá o prazo de trinta dias para a apresentação do Histórico Escolar, conforme Deliberação 07/2009.

A matrícula ou rematrícula anual do estudante obedecerá às normas, diretrizes e cronogramas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ibiporã.

O pai/responsável que não efetivar a matrícula na escola indicada na lista enviada pela Secretaria Municipal de Educação, não terá direito a solicitar a transferência para outra instituição.

Para as matrículas por transferências além dos documentos básicos especificados para a matrícula de ingresso é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a)** Histórico Escolar, Declaração ou Guia de Transferência da escola de origem;
- b)** Declaração de existência de vaga (obrigatória apenas em caso de transferência dentro da rede municipal);

**§ 1º** Fica vedada a matrícula por transferência, sem a apresentação dos

documentos relacionados no *caput*, salvo em casos de transferências oriundas de países estrangeiros e da EJA, devendo-se, nestes casos, serem adotados os procedimentos legais para classificação, constantes na instrução normativa 10/2010.

§ 2º Fica restrita a matrícula a alunos comprovadamente residentes no município, conforme Deliberação 005/2017.

§ 3º Dos períodos e dos procedimentos destinados para matrículas de alunos concluintes do 5º ano do ensino fundamental os pais ou responsáveis de alunos que cursam o 5º ano do Ensino Fundamental, receberão a indicação do Núcleo Regional de Ensino, sobre qual instituição de ensino deverá proceder a matrícula de seu filho, conforme georreferenciamento ou fluxo, para garantia de vaga no 6º ano do Ensino Fundamental, mantido pelo poder público estadual.

**Artigo 165** - Cabe a cada instituição de ensino, a comunicação oficial aos pais/responsáveis sobre o período de rematrículas e a elaboração de cronograma para atendimento da comunidade escolar.

#### 4.4. ESPAÇO FÍSICO

- 04 salas (direção, coordenação, secretaria e sala dos professores).
- Cozinha e refeitório: 01 cozinha e 01 refeitório em pátio aberto
- 01- Espaço de lavanderia
- 01- Depósito de mantimentos:
- 01- Depósito de material de limpeza
- 07- Banheiros (02- femininos e 02 masculinos e professores:02 – funcionários: 01
- 01- Biblioteca:
- 16 -Salas de aula
- 02- Pátios: ( 01 pátio coberto e 01 externo /aberto)
- 01- Sala de informática: que divide espaço com a biblioteca
- 01- Portão de acesso dos alunos
- 02- Portões de acesso de veículos
- 01- Parque aberto

- 01- Quadra de esportes aberta
- 01- Sala de almoxarifado

## 4.5. ESPAÇOS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

### 4.5.1 Caracterização De Cada Setor

**Artigo116-** A organização técnica administrativa desta escola visa o seu funcionamento e, toda comunidade escolar participa nas tomadas de decisão, no acompanhamento e avaliação do processo educacional

**Artigo117-** A organização-administrativa escola da escola abrange:

- I – Núcleo de Direção;
- II – Núcleo Técnico-Pedagógico;
- III – Núcleo Administrativo;
- IV – Núcleo Operacional;
- V – Corpo Docente;
- VI – Corpo Discente.

**Parágrafo único** – Os cargos e funções previstos para as escolas, bem como as atribuições e competências, estão regulamentados em legislação educacional específica.

## CAPÍTULO I- DO NÚCLEO DE DIREÇÃO

**Artigo 118** – O Núcleo de Direção da escola é o centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

**Parágrafo único**– Integram o Núcleo de Direção o Diretor de escola.

**Artigo119**–A direção da escola exercerá suas funções objetivando garantir:

- I. A elaboração e execução da Proposta Pedagógica;
- II. A administração do pessoal e dos recursos materiais e financeiros;
- III. O cumprimento dos dias letivos e horas de aula estabelecidos em lei;
- IV. A legalidade, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
- V. Os meios para o reforço e a recuperação da aprendizagem dos estudantes.
- VI. Articulação e integração da escola com as famílias e a comunidade.

VII. As informações aos pais ou responsável legal sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução da Proposta Pedagógica;

VIII. A comunicação ao Conselho Tutelar dos casos de maus-tratos envolvendo alunos, assim como de casos de evasão escolar e de reiteradas faltas, antes que estas atinjam o limite de 25% das aulas previstas e dadas.

IX. Cabe ainda à direção subsidiar os profissionais da escola, em especial os representantes dos diferentes colegiados, no tocante às normas vigentes e representara os órgãos superiores da administração, sempre que houver decisão em desacordo com a legislação.

## CAPÍTULO II – DONÚCLEO TÉCNICO PEDAGÓGICO

**Artigo 120–** O Núcleo Administrativo terá a função de dar apoio ao processo educacional, auxiliando o Núcleo de Direção nas atividades relativas a:

- I – Documentação e escrituração escolar e de pessoal;
- II – Organização e atualização de arquivos;
- III – Expedição, registro e controle de expedientes;
- IV – Registro e controle de bens patrimoniais, bem como de aquisição, conservação de materiais e de gêneros alimentícios;
- V – O registro e controle de recursos financeiros.

**Parágrafo único–** Integram o Núcleo Administrativo o secretário ou secretária da instituição de ensino.

## CAPÍTULO IV– DO NÚCLEO OPERACIONAL

**Artigo121**– O Núcleo Operacional terá a função de proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular, relativas às atividades de:

- I** – zeladoria, vigilância e atendimento estudantes;
- II** – limpeza, manutenção e conservação da área interna e externa do prédio escolar;
- III** – controle, manutenção e conservação de mobiliários, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
- IV** – controle, manutenção, conservação e preparo da merenda escolar.

**Parágrafo único** – Integram o Núcleo Operacional o Agente de Organização Escolar (AOE), os integrantes da equipe de faxina, limpeza e conservação do prédio escolar e os integrantes da equipe de preparo da merenda escolar.

## CAPÍTULO V – DO CORPO DOCENTE

**Artigo 122** – Integram o corpo docente todos os professores da escola, que exercerão suas funções, incumbindo-se de:

- I** – Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da escola;
- II** – Atualizar sua formação profissional para que as principais inovações trazidas pela Nova BNCC e o Referencial Curricular do Paraná sejam desenvolvidas e implementadas na sua prática em aula.
- III** – Elaborar e cumprir o plano de trabalho;
- IV** – Zelar pela aprendizagem dos estudantes;
- V** – Estabelecer estratégias de recuperação da aprendizagem para os estudantes de menor rendimento;
- VI** – Cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VII** – Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

## CAPÍTULO VI – DO CORPO DISCENTE

**Artigo 123** – Integram o corpo discente todos os estudantes da escola a quem se garantirá livre acesso às informações necessárias à sua educação, ao seu desenvolvimento como pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o mundo do trabalho.

#### 4.5.2. Atividades Complementares

As atividades pedagógicas, normalmente, são pessoas ou instituições que apoiam as ações de programa de diversas formas, inclusive financeiramente: empresas, pais, familiares e outros os que favorecem a interação entre os estudantes. Ao realizarem exercícios em conjunto, os alunos desenvolvem o sentimento de cooperação e tornam-se mais sociáveis. Além disso, a interação com os colegas só tem a enriquecer o processo de aprendizagem.

##### Exemplo

- Programa “Jornada Financeira” - EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA: A educação empreendedora proposta pelo SEBRAE
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD;
- Programa de responsabilidade social do Sistema FAEP – AGRINHO;
- Prática Educativa de Trânsito - Escola de Trânsito
- Programa União Faz a Vida é o principal programa de educação do Sicredi e objetiva construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania.
- LIVING IN PEACE – PAZ -Baseia-se no lançamento do Dado da paz; em cujas faces não existem números, mas sim frases que ajudam a construir relacionamentos de paz entre outros.
- Programa “Tempo de aprender” (alfabetização).

## 5. ANÁLISE DA REALIDADE ESCOLAR

De acordo com os dados analisados, percebe-se que a comunidade abrange vários aspectos sócios econômicos referentes às rendas per capita. Verifica se que

a grande maioria das famílias não possuem casa própria e muitas delas vivem com rendas de serviços autônomos. As maiorias das famílias são beneficiadas com auxílio governamental AUXILIO BRASIL e poucas famílias têm acesso a internet. Reiteramos que a maioria desta comunidade tem como renda bruta de 1 a 3 salários mínimos.

#### 4.6 REGIMENTO INTERNO

- O estabelecimento de ensino funciona em período integral das 07h30 às 17h00.

- O horário de permanência do Ensino Fundamental na instituição será das 7h30 às 16h00.

- Haverá 15 minutos de tolerância em relação ao horário de entrada, do Ensino Fundamental.

- O horário compreendido entre 16h00 e 17h00 é destinado ao professor do Ensino Fundamental, que desenvolverá atividades complementares à docência.

- Em todas as modalidades a retirada antecipada das crianças pelos pais ou responsável (declarado no ato da matrícula) será admitida em casos especiais, com anuência da direção e mediante assinatura de termo de responsabilidade.

- A criança que, por graves razões, precisar permanecer no Estabelecimento além do horário estabelecido, ficará sob a responsabilidade da Diretora ou, em sua ausência, de pessoa designada por ela.

O não cumprimento dos horários, três vezes ao mês, sem a devida justificativa, implicará em descumprimento regimental, podendo a direção da instituição tomar as medidas punitivas cabíveis.

- Esta Instituição de Ensino acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento.

- Todo estudante desta escola têm direito a:

- Educação pública gratuita e de qualidade:

- Acesso à educação gratuita e de qualidade, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;

- Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;

- Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.
- Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;
  - Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
  - Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;
  - Receber Boletim Escolar ou Parecer (Educação Infantil) e demais informações sobre seu progresso educativo, bem como participar de avaliações periódicas, de maneira informal ou por instrumentos oficiais de avaliação de rendimento;
    - Ser notificado, com a devida antecedência, sobre a possibilidade de ser encaminhado para programa de recuperação, em razão do aproveitamento escolar;
    - Ser notificado sobre a possibilidade de recorrer em caso de reprovação escolar;
  - Observar as disposições vigentes sobre entrada e saída das classes e demais dependências da escola;
  - Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;
  - Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;
  - Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou de alguma forma interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;
  - Respeitar e cuidar dos prédios, equipamentos e símbolos escolares, ajudando a preservá-los e respeitando a propriedade alheia, pública ou privada;

- Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;
- Utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;
- Reunir-se sempre de maneira pacífica e respeitando a decisão dos alunos que não desejem participar da reunião;
- Ajudar a manter o ambiente escolar livre de bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, substâncias tóxicas e armas;
- Manter pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso.

O estabelecimento de ensino funciona em período integral das 07h00 às 17h00

- O horário de permanência do Ensino Fundamental na instituição será das 7h30 às 16h00.

Haverá 15 minutos de tolerância em relação ao horário de entrada, do Ensino Fundamental.

O horário compreendido entre 16h00 e 17h00 é destinado ao professor do Ensino Fundamental, que desenvolverá atividades complementares à docência.

Em todas as modalidades a retirada antecipada das crianças pelos pais ou responsável (declarado no ato da matrícula) será admitida em casos especiais, com anuência da direção e mediante assinatura de termo de responsabilidade.

A criança que, por graves razões, precisar permanecer no Estabelecimento além do horário estabelecido, ficará sob a responsabilidade da Diretora ou, em sua ausência, de pessoa designada por ela.

O não cumprimento dos horários, três vezes ao mês, sem a devida justificativa, implicará em descumprimento regimental, podendo a direção da instituição tomar as medidas punitivas cabíveis.

Esta Instituição de Ensino acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais.

Todo estudante desta escola têm direito a: Educação pública gratuita e de qualidade: Acesso à educação gratuita e de qualidade, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;

Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;

Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.

Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;

Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;

Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;

Receber Boletim Escolar ou Parecer (Educação Infantil) e demais informações sobre seu progresso educativo, bem como participar de avaliações periódicas, de maneira informal ou por instrumentos oficiais de avaliação de rendimento;

Ser notificado, com a devida antecedência, sobre a possibilidade de ser encaminhado para programa de recuperação, em razão do aproveitamento escolar;

Ser notificado sobre a possibilidade de recorrer em caso de reprovação escolar;

Ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de

risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes.

Liberdade individual e de expressão;

Organizar, promover e participação dos alunos no ambiente escolar;

Participar da publicação de jornais ou boletins informativos escolares, desde que produzidos com responsabilidade e métodos jornalísticos, que reflitam a vida na escola ou expressem preocupações e pontos de vista dos alunos;

Decidir sobre as vestimentas pessoais que portará, assim como sobre distintivos ou adereços de uso estritamente pessoal, exceto nos casos em que sua apresentação represente perigo a si ou aos demais, ou quando divulgar ideias racistas, preconceituosas, difamatórias, obscenas ou cuja circulação perturbe o ambiente escolar;

Ter assegurados o ingresso e a posse de materiais de uso pessoal na escola, exceto nos casos em que representem perigo para si ou para os outros, ou que perturbem o ambiente escolar.

Tratamento justo e cordial;

Todo estudante desta escola será tratado de forma justa e cordial por todos os integrantes da comunidade escolar, sendo assegurado a ele:

Ser informado pela direção da escola sobre as condutas consideradas apropriadas e quais as que podem resultar em sanções disciplinares, para que tome ciência das possíveis consequências de suas atitudes em seu rendimento escolar e no exercício dos direitos previstos neste Regimento Escolar;

Ser informado sobre procedimentos para recorrer de decisões administrativas da direção da escola sobre seus direitos e responsabilidades, em conformidade com o estabelecido neste documento e com a legislação pertinente;

Estar acompanhado por seus pais ou responsáveis em reuniões e audiências que tratem de seus interesses quanto a desempenho escolar ou em procedimentos administrativos que possam resultar em sua transferência compulsória da escola.

Todo estudante desta unidade escolar tem os seguintes deveres e responsabilidades;

Frequentar a escola regular e pontualmente, realizando os esforços necessários para progredir nas diversas áreas de sua educação;

Estar preparado para as aulas e manter adequadamente livros e demais materiais escolares de uso pessoal ou comum coletivo;

Observar as disposições vigentes sobre entrada e saída das classes e demais dependências da escola;

Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;

Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;

Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou de alguma forma interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;

Respeitar e cuidar dos prédios, equipamentos e símbolos escolares, ajudando a preservá-los e respeitando a propriedade alheia, pública ou privada;

Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;

Utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;

Reunir-se sempre de maneira pacífica e respeitando a decisão dos alunos que não desejem participar da reunião;

Ajudar a manter o ambiente escolar livre de bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, substâncias tóxicas e armas;

Manter pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso.

## **DAS CONDUTAS DOS ESTUDANTES QUE AFETAM O AMBIENTE ESCOLAR / FALTAS DISCIPLINARES**

As condutas dos estudantes consideradas incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriado ao ensino-aprendizagem e que são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares são:

Ausentar-se das aulas ou dos prédios escolares, sem prévia justificativa ou autorização da direção ou dos professores da escola;

Ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;

Utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos de fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos eletrônicos de propriedade da escola;

Utilizar, em salas de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, Pager, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;

Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;

Comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como, por exemplo, fazendo barulho excessivo em classe, na biblioteca ou nos corredores da escola;

Desrespeitar, desacatar ou afrontar a equipe gestora, professores, funcionários ou colaboradores da escola;

Danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares; escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes dos edifícios escolares;

Ativar injustificadamente alarmes de incêndio ou qualquer outro dispositivo de segurança da escola;

Emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva;

Estimular ou envolver-se em brigas, manifestar conduta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves, em qualquer membro da comunidade escolar;

Comportar-se, no transporte escolar, de modo a representar risco de danos ou lesões ao condutor, aos demais passageiros, ao veículo ou aos passantes, como correr pelos corredores, atirar objetos pelas janelas, balançar o veículo etc.;

Provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;

Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;

Participar, estimular ou organizar incidente de violência grupal ou generalizada;

Apropriar-se de objetos que pertencem a outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;

Incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertences da equipe escolar, estudantes ou terceiros;

Portar, facilitar o ingresso ou utilizar qualquer tipo de arma, ainda que não seja de fogo, no recinto escolar;

Apresentar qualquer conduta proibida pela legislação brasileira, sobretudo que viole a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Penal;

Além das condutas descritas acima, também são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares as condutas que professores ou a equipe gestora considerem incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriada ao ensino-aprendizagem, sempre considerando, na caracterização da falta, a idade do aluno e a reincidência do ato.

## **DAS MEDIDAS DISCIPLINARES**

O não cumprimento dos deveres e a incidência em faltas disciplinares poderão acarretar ao estudante as seguintes medidas disciplinares:

Advertência verbal;

Advertência por escrito, notificando aos pais ou responsáveis;

Retirada do estudante de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento ao Núcleo de Direção para orientação;

Convocação dos pais ou responsáveis para ciência dos fatos, e assinatura de Termo de Advertência junto à equipe pedagógica, para tomada de medidas visando solucionar o problema;

Propor roda de diálogos para fins de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou participação facultativa em círculo restaurativo;

Tomadas todas as medidas por parte da escola, havendo reincidência, a diretora da instituição convocará reunião com os pais ou responsáveis para informá-los do encaminhamento do caso ao Conselho Escolar, a qual receberá a notícia do fato juntamente com a documentação existente;

Em havendo necessidade, a escola encaminhará o fato ao Conselho Tutelar, juntamente com os documentos pertinentes ao caso.

## **DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DISCIPLINARES**

As medidas disciplinares serão aplicadas ao estudante em função da gravidade da falta, idade do estudante, grau de maturidade e histórico disciplinar, comunicando-se aos pais ou responsáveis;

As medidas previstas nos itens I e II do artigo anterior serão aplicadas pelo professor ou diretor;

As medidas previstas nos itens III, IV e V do artigo anterior serão aplicadas pelo diretor;

As faltas disciplinares descritas nos itens XVIII a XIX do artigo 86 serão, necessariamente, submetidas ao Conselho de Escola para apuração e aplicação de

medida disciplinar, e nesse caso os gestores escolares informarão a Diretoria de Ensino Região xxx sua ocorrência e a medida disciplinar aplicada.

Em qualquer caso será garantido amplo direito de defesa, ao estudante e aos seus responsáveis, cabendo pedido de revisão da medida aplicada e, quando for o caso, recurso ao Conselho Escolar.

A aplicação das medidas disciplinares previstas não isenta os alunos ou seus responsáveis do ressarcimento de danos materiais causados ao patrimônio escolar ou da adoção de outras medidas judiciais cabíveis.

## **DOS RECURSOS DISCIPLINARES ADICIONAIS**

Para restaurar a harmonia e o adequado ambiente pedagógico, além das medidas disciplinares descritas no artigo específico deste regimento, professores, equipe gestora e o Conselho Escolar Municipal podem utilizar, cumulativamente, os seguintes instrumentos de gestão da convivência escolar:

Envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar;

Orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito;

Reuniões de orientação com pais ou responsáveis;

Propor encaminhamentos a serviços de orientação em situações de abuso de drogas, álcool ou similares;

Encaminhamento a serviços de orientação para casos de intimidação baseada em preconceitos ou assédio;

Encaminhamento aos serviços de saúde adequados quando o aluno apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente escolar;

Encaminhamento aos serviços de assistência social existentes, quando do conhecimento de situação do aluno que demande tal assistência especializada;

Encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de abandono intelectual, moral ou material por parte de pais ou responsáveis;

Comunicação às autoridades competentes, dos órgãos de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público, de crimes cometidos dentro das dependências escolares.

## **5. FUNDAMENTOS POLÍTICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos encontram-se fundamentados no estudo, planejamento e replanejamento das atividades, com finalidade de diagnosticar os problemas existentes na escola e pensar encaminhamentos possíveis para enfrentá-los. O replanejamento será bimestral e acontecerá por meio de reuniões onde os professores possam articular ações que permitam melhorar os resultados do processo ensino aprendizagem.

A partir da avaliação dos resultados obtidos durante o ano e dos objetivos propostos em cada ano e em cada disciplina, os professores podem rever suas práticas para encontrar a melhor forma de intervenção.

Nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Educação Física, Inglês, Filosofia os procedimentos metodológicos utilizados deverão evidenciar a prática social, que é comum a professores e alunos. Consiste este passo, no primeiro contato que o aluno mantém com o conteúdo trabalhado pelo professor. Sendo a visão do aluno, uma visão de senso comum, empírica, geral, uma visão um tanto confusa, ou seja, sincrética, onde tudo, de certa forma, aparece como natural. Nesta fase, deve então o professor, posicionar-se em relação à realidade de maneira mais clara e, ao mesmo tempo, com uma visão mais sintética a fim de conduzir o processo pedagógico com maior segurança e realizar o planejamento de suas atividades antecipadamente. Ao dialogar com os alunos sobre o tema a ser estudado mostrará a eles o quanto já conhecem sobre o assunto, evidenciando, que a temática desenvolvida em sala de aula, está presente na prática social, ou seja, em seu cotidiano.

O professor iniciará as atividades apresentando aos educandos os objetivos, os tópicos e subtópicos da unidade que se pretende estudar, e em seguida, dialogará com os alunos sobre os mesmos. Os alunos mostram sua vivência do conteúdo, isto é, o que já sabem sobre o tema a ser trabalhado e perguntam tudo que gostariam de saber sobre o novo assunto em pauta. A prática social inicial pode

ser feita como um todo no início da unidade e retomada, em seus aspectos específicos, a cada aula, conforme o conteúdo a ser trabalhado. Ou, a cada aula, o professor destaca a prática social específica do conteúdo que vai trabalhar naquele dia. Sendo assim, a assimilação das características fundamentais de um conceito será muito mais fácil para o aluno quando os traços definidores desse conceito se apresentar com as imagens visuais correspondentes.

A problematização é o elemento chave na transição entre prática e teoria, tornando-se fundamental para o encaminhamento de todo o processo de trabalho docente/discente. A tarefa do professor e dos alunos, nesta fase, desenvolve-se através de ações didáticas pedagógicas necessárias à efetiva construção conjunta do conhecimento nas dimensões científica, social e histórica. Consiste em realizar as operações mentais de analisar, comparar, criticar, levantar hipóteses, julgar, classificar, conceituar, deduzir, generalizar, discutir, explicar. Na instrumentalização, o aluno e o educador efetivam o processo dialético de construção do conhecimento que vai do empírico ao abstrato, atingindo o concreto, o realizável.

O professor deverá explicar que o conhecimento (conteúdo) vai ser construído (trabalhado) nas dimensões conceitual, científica, social, histórica, econômica, política, estética, religiosa, ideológica, transformadas em questões problematizadoras.

A fase em que o educando mostra que de uma síncrese inicial sobre a realidade social do conteúdo que foi trabalhado, chega agora à síntese, o momento em que ele estrutura, em nova forma, seu pensamento sobre as questões que o conduziram à construção do conhecimento, chamamos de catarse. Segundo Saviani (1999 p.80-81), “o momento cartático pode ser considerado como o ponto culminante do processo educativo, já que é aí que se realiza pela mediação da análise levada a cabo no processo de ensino, a passagem da síncrese à síntese”. É o momento que se assemelha a um grito de gol. É a conclusão de todo um trabalho, mas que deverá continuar sempre em construção, através dos tempos e de novos conhecimentos.

A prática social final é, assim, o momento da ação consciente do educando dentro da realidade em que vive. É a apropriação e reconstrução do conhecimento sistematizado buscando evidenciar que todo o conteúdo que é trabalhado na escola, através do processo pedagógico, retorna agora, de maneira nova e compromissada,

para o cotidiano social a fim de ser nele um instrumento a mais na transformação da realidade.

Os passos, aqui apresentados, embora de modo formal, aparecem como se fossem independentes e estanques, mas na realidade eles constituem um todo indissociável e dinâmico, onde cada fase interpreta as demais. Desta forma, a prática social inicial e final é o conteúdo reelaborado pelo processo escolar. A problematização, a instrumentalização e a cartase são os três passos de efetiva construção do conhecimento na e para a prática social. Segundo Gasparin (2003), o primeiro passo da pedagogia histórico crítica diz respeito ao nível de desenvolvimento real do educando; prática social inicial; o segundo constitui o elo entre a prática social e a instrumentalização; é a problematização; o terceiro, relaciona-se às ações didático-pedagógicas para a aprendizagem; instrumentalização; o quarto, a expressão elaborada da nova forma de entender a prática social; cartase que representa a síntese do aluno, sua nova postura mental; a demonstração do novo grau de conhecimento a que chegou, expresso pela avaliação espontânea ou formal e o quinto e último, ao nível de desenvolvimento atual do educando; prática social final que é a manifestação da nova atitude prática do educando em relação ao conteúdo aprendido, bem como do compromisso em pôr em execução o novo conhecimento. É a fase das intenções e propostas de ações dos alunos. Sendo que os três passos intermediários compõem a zona de desenvolvimento imediato ou proximal do educando, (VYGOTSKY, 1991).

A nova LDB - Lei 9394/96- recoloca o assunto no item "e" do inciso V do art. 24 - "obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. Ao aluno que apresentar aproveitamento insuficiente poderá recuperar a defasagem mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento, com a perspectiva de construir uma ação pedagógica valorizando o paradigma de igualdade, ofertando múltiplas e distintas oportunidades, produzindo o que todos os cidadãos tem direito à Igualdade de resultados.

Podemos definir adaptações curriculares como modificações que são necessárias realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica. As adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo

inclusivo deve contar com adaptações para atender às diversidades salas de aula, dos alunos (LANDÍVAR, 1999, p. 53).

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implicará no desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula e atender às necessidades individuais de todos os alunos. De acordo com o MEC/SEESP/SEB (1998), essas adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

- Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.
- Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula.
- Adaptações individualizadas do currículo, que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

Por flexibilização curricular entenda-se: “[...] A ampliação do conceito de currículo, exige viabilizar também a flexibilização horizontal, ou seja, possibilitar ao aluno o aproveitamento para fins de integralização curricular de várias atividades acadêmicas”.

Consistem essas adaptações em: adequar os objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, modificando-os de modo a considerar, na sua consecução, a capacidade do aluno em relação ao proposto para os demais colegas; priorizar determinados objetivos, conteúdos e critérios de avaliação.

O planejamento, assim, deverá considerar a diversidade, estando alerta para as características individuais, o que envolve:

- A organização do espaço e dos aspectos físicos da sala de aula.
- A seleção, a adaptação e a utilização de equipamentos.
- Mobiliários de forma a favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

- O planejamento das estratégias de ensino que pretende adotar em função dos objetivos pedagógicos, e consequentes conteúdos a serem abordados.
- A pluralidade metodológica tanto para o ensino como para a avaliação.
- A flexibilização da temporalidade e critérios de avaliação.

A informática não deve entrar na escola sem que os profissionais da educação que atuam na escola — diretores, coordenadores pedagógicos, mas principalmente os professores — estejam convencidos de que essa tecnologia vai lhes ser de valia em seu trabalho e vai ajudá-los a promover melhor os objetivos educacionais que consideram valiosos: facilitar o aprendizado dos alunos, ajudando-os a se tornar pessoas autônomas e independentes, que saibam buscar por si mesmas as informações e os conhecimentos de que necessitam que tenham condições de analisar e avaliar criticamente as informações encontradas, que conseguem aplicar essas informações no processo de tomada de decisão nas atividades práticas da vida.

A postura filosófica que deve imperar em todo o trabalho realizado na escola é a de que mais importante do que simplesmente aprender informática é usar a informática para aprender — aprender outros conteúdos, mas, principalmente, aprender a solucionar problemas ligados à obtenção, à análise, à avaliação, à classificação, ao armazenamento, à recuperação, ao uso (ou à aplicação) e à distribuição da informação.

O laboratório de informática, ora disponibilizado para a escola, instigará, no professor, a necessidade de rever sua prática em sala de aula, adequando-a ao uso dos recursos tecnológicos, exigindo, do mesmo, noções básicas de informática e, ao mesmo tempo, uma adequação curricular.

A Informática vem adquirindo cada vez mais relevância no cenário educacional. Sua utilização como instrumento de aprendizagem e sua ação no meio social vem aumentando de forma rápida entre nós. Nesse sentido, a educação vem passando por mudanças estruturais e funcionais frente a essa nova tecnologia.

O principal objetivo, defendido hoje, ao adaptar a Informática ao currículo escolar, está na utilização do computador como instrumento de apoio às matérias e

aos conteúdos lecionados, além da função de preparar os alunos para uma sociedade informatizada.

É preciso preparar educandos conscientes de que precisam ter capacidade de aprender a utilizar essa tecnologia de forma a favorecer a articulação das informações entre as disciplinas. Não adianta a aquisição de excelentes equipamentos tecnológicos, se os professores não forem preparados para utilizar esses equipamentos. Quando o professor assume o papel de mediador dessa nova tecnologia, ele deverá se empenhar em busca de um processo de formação continuada. (BRASIL, 1998).

De acordo com Ribeiro (2004, p. 40) “O uso do computador desde a Educação Infantil aumenta o interesse pela leitura e a escrita e introduz as crianças no mundo da informática.” Porém, para que haja a preparação dos alunos para o futuro, faz-se necessário a priorização da formação dos professores para que saibam garantir a utilização adequada dos computadores.

## **ABORDAGEM HISTÓRICO-CULTURAL**

A Proposta Política Pedagógica Municipal será pautada na perspectiva Histórico-cultural, sendo um documento norteador para o trabalho pedagógico, não excluindo a utilização das demais pedagogias que já perpassaram pela educação, sendo assim:

*Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. (BRASIL, 2017, p.7).*

De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, 2019, “O caráter normativo da BNCC torna obrigatória a elaboração ou reelaboração dos currículos das redes de ensino ao estabelecer uma base de direitos e objetivos de aprendizagens comuns para todo país. Assim, considerando a trajetória de cada estado, provoca um movimento de reflexão e avanços quanto às práticas pedagógicas.”

A fim de colaborar para a elaboração do PPP municipal, destacamos aqui a contribuição da teoria Histórico-Cultural, mas deve-se salientar que caberá a cada instituição agregar mais citações para o documento caso necessárias.

Assim, é importante compreender que os direitos e objetivos de aprendizagens são comuns, porém, os currículos são diversos, na medida em que esses devem ser elaborados de acordo com a realidade local, social e individual da escola e de seus estudantes, buscando uma educação com equidade a todos.

É importante ressaltar que de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, devemos:

Compreender e realizar a Educação Básica, no seu compromisso social de habilitar o estudante para o exercício dos diversos direitos significa, portanto, potencializá-lo para a prática cidadã com plenitude, cujas habilidades se desenvolvem na escola e se realizam na comunidade em que os sujeitos atuam. (2013, p. 56).

No quadro abaixo, verifica-se o enquadramento da teoria citada em seus diferentes aspectos:

**Quadro 1 – Teoria Histórico-Cultural**

TEORIA	OBJETIVOS	PRECURSORES	PAPEL DO PROFESSOR	RELEVÂNCIA
Teoria Histórico-Cultural	Possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz destas teorias, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos	Lev Semenovich Vigotski, a Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani e, ainda, a respectiva Didática dessa pedagogia desenvolvida por João Luiz Gasparin.	O professor tem o papel explícito de interferir na zona de desenvolvimento proximal dos alunos, provocando os avanços que não ocorreriam espontaneamente.  [...]A intervenção do professor é fundamental para a promoção do desenvolvimento do indivíduo	-A Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, em sua gênese, pressupõe uma natureza social da aprendizagem, ou seja, é por meio das interações sociais que o indivíduo desenvolve suas funções psicológicas superiores. -Temos que determinar pelo menos dois níveis de desenvolvimento da criança: o primeiro nível pode ser chamado

				<p>de nível de desenvolvimento real e o segundo, de zona de desenvolvimento proximal.</p> <p>→ Nível de desenvolvimento real: é o nível de desenvolvimento da criança onde suas funções mentais já se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados;</p> <p>→ Zona de desenvolvimento proximal ou potencial: é o nível de desenvolvimento da criança determinado através da capacidade de solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os colegas mais capazes.</p> <p>-A aprendizagem é o motor do desenvolvimento.</p>
--	--	--	--	--

## CONCLUSÃO

O objetivo principal deste material é possibilitar ao professor a compreensão do seu papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, à luz desta teoria, instigando a leitura, com vistas à apropriação efetiva dos conhecimentos científicos e à formação humana de nossos alunos.

## 6. CURRÍCULO E GESTÃO NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

A escola exerce dois papéis fundamentais na sociedade: socializar e democratizar o acesso ao conhecimento e promover a construção moral e ética nos estudantes. Esses dois papéis compõem a formação de pessoas conscientes, críticas, engajadas e com potencial de transformação de si mesmas e da sociedade.

A escola exerce dois papéis fundamentais na sociedade: socializar e democratizar o acesso ao conhecimento e promover a construção moral e ética nos estudantes. Esses dois papéis compõem a formação de pessoas conscientes, críticas, engajadas e com potencial de transformação de si mesmas e da sociedade. O papel da escola na formação do cidadão é essencial para o bom funcionamento da sociedade. De todo educador e de toda instituição da Educação Básica é esperada atenção especial a esse propósito social e, ainda mais após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, esse princípio deve nortear cada etapa do processo de aprendizagem.

O objetivo deste ensaio é tecer relações entre currículo e gestão no âmbito da escola, sem desconsiderar o plano maior da política educacional em que se insere. Defende-se a escola pública como protagonista da recontextualização de políticas públicas e capaz, portanto, de construir relações genuinamente democráticas entre currículo e gestão. Considera-se que o currículo em ação com vistas à emancipação humana vincula-se diretamente aos conceitos de democracia e de cultura, na perspectiva da interculturalidade. Entende-se a função administrativa/gestora tanto na dimensão concernente à administração escolar propriamente dita quanto na dimensão pedagógica, visto que a razão de ser, ou o fim por excelência da escola é a educação dos estudantes, o que a dota de finalidade e natureza peculiares e supõe critérios especiais de organização. Tais critérios precisam ser estabelecidos em conformidade com as características do trabalho nela desenvolvido, ou seja, o trabalho pedagógico. Considerando-se ser este último da alçada do currículo, fica evidenciada a inevitável existência de relações entre ele e a administração/gestão, ideia que o texto defende e referencia teoricamente.

### 6.1. O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

O trabalho com Sistema Educacional Estruturado é uma proposta que compartilham as práticas e que dialogam com os valores da educação em direitos humanos e que, de alguma forma, contribuíram com mudanças positivas no dia a dia da escola e/ou da comunidade em torno dela e em todo município. Dando a todos os alunos equidade dentro da proposta de ensino visando a formação de cidadãos que tenham a mesma oportunidade.

As práticas podem ser referentes aos diferentes segmentos da escolaridade (Educação infantil e Ensino Fundamental), no âmbito discente (entre professores, gestores, coordenadores e diretores) ou mesmo com demais atores da comunidade escolar (incluindo, assim, atividades com familiares e funcionários da escola).

Sabemos que cada escola tem suas peculiaridades, tanto pelo espaço geográfico e físico que possuem quanto pela realidade das pessoas que ali se relacionam, mas acreditamos que ao compartilhar e comentar os resultados da *sua* prática o sistema educacional integrado respeita essas peculiaridades mas com o objetivo final de aprendizagem igualitário mas respeitando as raízes sociais de cada família.

### 6.3 – O PAPEL DA ESCOLA E OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO

Os sujeitos da Comunidade Escolar são os que fazem a Escola e, por esta razão, precisam estar engajados para que as articulações coisas se efetivem dentro do espaço Escolar.

Ao estudar o papel e a função pedagógica do diálogo na escola, percebi a relação direta que estes têm no processo de aprendizagem e na construção do conhecimento. Hoje o conhecimento é muito dinâmico e é importante que a escola, como instituição de ensino e de aprendizagem, trabalhe para a formação de sujeitos que sejam protagonistas de seu próprio saber. O papel da Escola no fomento de um ensino pautado no diálogo contribui significativamente para o processo de construção de saberes, bem como o desenvolvimento intelectual. O diálogo, quando praticado, tende a formar sujeitos ativos, inovadores, criativos, indivíduos autônomos e críticos, capazes de responder aos desafios contemporâneos da sua realidade. No exercício do diálogo criam-se elos de pertencimento e valoração daquilo que se faz, atribui-se sentido ao conhecimento e comunicamos nossas intencionalidades.

Ao estudar o papel e a função pedagógica do diálogo na escola, percebi a relação direta que estes têm no processo de aprendizagem e na construção do conhecimento. Hoje o conhecimento é muito dinâmico e é importante que a escola, como instituição de ensino e de aprendizagem, trabalhe para a formação de sujeitos que sejam protagonistas de seu próprio saber. O papel da Escola no fomento de um ensino pautado no diálogo contribui significativamente para o processo de construção de saberes, bem como o desenvolvimento intelectual. O diálogo, quando praticado, tende a formar sujeitos ativos, inovadores, criativos, indivíduos autônomos e críticos, capazes de responder aos desafios contemporâneos da sua realidade. No exercício do diálogo criam-se elos de pertencimento e valorização daquilo que se faz, atribui-se sentido ao conhecimento e comunicamos nossas intencionalidades.

Educar exige coerência e sintonia entre os educadores, a necessidade de cooperação entre os diferentes integrantes da família, a importância de se estabelecer limites na educação dos filhos. Colocou que a sociedade moderna perdeu alguns princípios básicos na educação como Hierarquia, Autoridade e Respeito e que os mesmos devem ser resgatados urgentemente.

Na escola, se observa uma melhora no relacionamento interpessoal; manifestações de carinho e respeito, consequência direta da confiança e respeito mútuo entre as instituições - entre professores, alunos e famílias e chega-se à conclusão de que a autoridade, como princípio fundamental no processo educacional deve ser exercitado com sabedoria e amor pelos adultos.

A autoridade só se consolida num ambiente de amor e de cuidado permanente, onde o sujeito responsável em educar jamais transfere sua responsabilidade a outrem, atitude muito comum na educação atual - mães que transferem exclusivamente aos avós a autoridade familiar, professores que transferem para a família ou equipe administrativo-pedagógica a autoridade que deveria exercer.

O resgate da autoridade no processo educacional não é uma conquista simples, porém extremamente necessária. Resgatar a autoridade é resgatar a tradição de ser família, de valorizar o ser humano, ter e dedicar tempo aos filhos, olhar e ouvir o outro verdadeiramente, contar histórias abraçar e se deixar abraçar, elogiar as conquistas cotidianas das crianças e ajudá-las a superar as dificuldades do dia a dia. Permitir que as crianças sejam simplesmente crianças, protegidas dos apelos televisivos de consumo, da violência, da pornografia, das tragédias da

humanidade. Disciplinar é resgatar a autoridade e organizar a vida da criança para que se desenvolva com saúde física, mental, psicológica e social.

Educadores (pais e professores) possuem o compromisso ético de serem coerentes firmes e persistentes no ato de educar. Esta educação implica ações individuais e coletivas. As atitudes coletivas integradas num maior fortalecem família e escola na realização do trabalho coletivo, para melhores resultados. A escola, pública, é espaço privilegiado para esse tipo de trabalho.

### **6.3.1 – Estrutura Disciplinar E A Integração Curricular**

A maneira de construirmos conhecimento, de certa forma, nos define. Em outras palavras: se o conhecimento é apresentado na escola de modo fragmentado, se os componentes curriculares não se integram e não respondem a um projeto de educação que tenha como objetivo o desenvolvimento pleno dos estudantes, não será possível formar um sujeito pleno, integral.

Tão importante quanto à concepção de ser humano que se quer formar, é apresentar uma concepção do conhecimento relacional em que as áreas do conhecimento – e seus conteúdos, métodos e visões de mundo – possam ser apreendidos com maior integração.

Na área da Educação, propostas interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares são objetivos perseguidos para superar a fragmentação curricular, que, ao fazer com que as disciplinas sejam muito especializadas, acaba criando dinâmicas escolares nas quais cabe ao estudante, e não aos currículos, a tarefa de estabelecer pontes entre os conhecimentos.

O currículo deve integrar diversas formas de construção de conhecimento em todas as áreas para tornar a aprendizagem mais significativa, conectando os conhecimentos com a vida.

Para que a integração curricular se concretizar de fato na escola, é necessário novas formas de condução para a gestão e para o trabalho colaborativo entre professores. Uma das formas de fazer isso é instituir práticas comuns a todas as áreas, tanto no que se refere às metodologias ativas de ensino e aprendizagem

tais como a aprendizagem colaborativa, a aprendizagem por projetos ou a pesquisa e a problematização, quanto ao que diz respeito às estratégias de avaliação formativa e processual.

Um currículo de educação integral é a reflexão sobre a quem ele atende e o desejam para sua educação

Se antes os currículos eram pensados levando em conta apenas o que se queria que os estudantes aprendessem até o final da Educação Básica, independentemente de seus pontos de partida, contextos e aspirações, hoje, a BNCC nos convida a rever esses posicionamentos. A partir de agora, é preciso construir uma proposta de educação que atenda aos desafios contemporâneos, que forme sujeitos críticos, autônomos, cidadãos solidários e capazes de lidar com as demandas do século 21 e construir seus projetos de vida.

Daí a importância da realização de escutas atentas, não só dos estudantes da rede, mas também de toda a comunidade escolar: equipe pedagógica, professores, funcionários e familiares. É considerando suas ideias que devemos identificar diálogos com as proposições curriculares e reunir informações que apoiem a definição de um conjunto de competências cognitivas e sócioemocionais no texto curricular, levando em conta as 10 competências gerais propostas pela BNCC.

### **6.3.2. A Estrutura Curricular E A Integração Curricular**

A organização do currículo na prática pedagógica dos professores dos anos iniciais em uma escola organizada por Sistema Educativo Estruturado da Rede Pública Municipal de Ibiporã faz parte de um processo de inovação curricular vivenciado nas Unidades Escolares com a implantação do sistema apostilado. Assim ampliam-se a qualidade de ensino em nossa escola, impondo, conseqüentemente, a necessidade de compreender como se dá a construção da prática pedagógico-curricular inovadora, onde o currículo se impõe como mecanismo pelo qual o conhecimento é socializado e organizado.

E, neste caso, em uma visão de currículo histórico-crítico significa uma possibilidade de compreender mais profundamente a forma de organização escolar que demanda toda uma política educativa trazendo no âmago de sua constituição

um propósito fundamental, – a resignificação do tempo escolar objetivando a aprendizagem do educando. Assim a prática pedagógica dos professores desta escola tem como objetivo a formação humana, com a finalidade de compreender o processo de construção do currículo na ação pedagógica.

A própria constituição do objeto em estudo já posiciona os aportes teóricos que marcam as concepções de educação e currículo que esta investigação assume: uma concepção de educação crítica, onde o currículo apresenta uma visão de construção coletiva pelas ações e decisões da comunidade escolar. Assim, as mudanças na direção de uma prática efetivamente emancipatória devem ser construídas no cerne da formação docente, em caráter crítico e no trabalho coletivo na escola.

Para compreender as interações complexas constituintes da prática pedagógica curricular dos professores no processo de organização do currículo, deve-se recorrer à metodologia de pesquisa qualitativa e interpretativa. Ao centralizar o estudo curricular na prática, o foco deve ser o ponto de problematização no contexto da Política Pedagógica assumida pela Secretaria Municipal de Educação, no processo de reorganização dos currículos das escolas.

Ao conceber a escola como executora em potencial do currículo, estamos possibilitando aos atores escolares o direcionamento do processo educativo. É a possibilidade de que o professor seja o interventor e facilitador dos processos de (re)construção e transformação do pensamento e ações dos alunos. Neste sentido, a escola construirá mecanismos de participação como possibilidade de pensar, de tomar a palavra em igualdade de condições, de gerar diálogos e acordos, de respeito ao direito das pessoas de intervir na tomada de decisões que afetam sua vida e de se comprometer na ação.

Então, não basta pensar somente pelo veio da integração no currículo, mas pensar na relação entre organização curricular e estratificação social. Assim, a concepção de integração curricular assume uma visão para além-muro das escolas. cuja defesa externo no encaminhamento deste trabalho a integração curricular não pressupõe a inexistência da estrutura curricular por disciplinas, mas preserva a construção do campo de conhecimento que é resultante da confluência de diferentes conhecimentos disciplinares.

Nesta perspectiva, não há que se falar em negação das disciplinas, mas na busca de uma posição diferente de seu papel que secularmente foi apropriado, sem,

contudo, esquecer que, ao procurar trabalhar numa dimensão do currículo histórico-crítico, estou expressando a vontade político-educacional por uma educação configurada em uma prática que não pode ser decretada como uma moda pedagógica de inovação curricular. Referenda-se a integração como forma de perseguir não só a melhoria da aprendizagem dos alunos, como também consolidar a função social da escola marcando nosso posicionamento, enquanto uma perspectiva curricular crítica na qual aposto lógico que orienta a prática pedagógico-curricular dos professores, se esta tem respaldo na concepção de disciplina científica ou na de disciplina escolar.

A organização curricular que flexibiliza com tendências ora mais intensas ao currículo disciplinar e ora mais intensas ao currículo integrado. As formas de organização curricular coexistem na prática dos professores. O Complexo Educacional Professora Vera Lucia Pansardi Casagrande, afirma a relevância da integração curricular de forma em melhor compreender, na complexidade da prática curricular, da organização do conhecimento escolar no currículo. Contribuindo, assim, para a produção do conhecimento no campo estudado.

#### **6.4 – A QUESTÃO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO**

Apenas a integração de uma pessoa numa escola regular, não a inclui realmente, porque isso se faz mediante preenchimento de uma matrícula, de uma vaga na escola. Porém, se o aluno não encontra na escola condições de aprendizado, ele está sendo segregado, não incluído. É que o mundo da escola é muito restrito e daí, luta-se pela inclusão, que é ampla e abrange toda a sociedade.

Na verdade, inclusão seria educação de toda a sociedade para aceitar e ver as diferenças como uma oportunidade que se descortina, um novo horizonte de conhecimentos. A luta continua, agora, é pela inclusão de fato, isto por que ainda nos falta um amadurecimento na sociedade e na capacitação dos envolvidos na educação como um todo. Confirma isso GUIMARÃES (2002 P. 11) ao comentar que “A luta do século que se inicia é pelo direito de permanecer na escola, o direito de não ser excluído do processo educacional” ideia que é defendida também pela autora abaixo.

“A inclusão, como os demais movimentos provocados por grupos que historicamente foram excluídos da escola e da cidadania plena, é uma

denúncia ao que Hannah Arendt chamou de “abstrata nudez”, pois é inovação incompatível com a abstração das diferenças, para chegar a um sujeito universal. (MANTOAN, 2006.p. 17”).

Na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, nas disposições gerais Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A LDBEM (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) Lei nº 9394/96 prescreve que a educação especial é “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

A escola deve ser o sair de casa todos os dias para todos os menores de idade, contudo isso não significa a exclusão do adulto, mas sim, sua livre vontade para escolha. A inclusão visa transformar a sociedade, a passos lentos, porém não impossível.

“A inclusão se traduz pela capacidade da escola em dar respostas eficazes à diferenças de aprendizagem dos alunos, considerando o desenvolvimento deles como prioritário. A prática da inclusão implica no reconhecimento das diferenças dos alunos e na concepção de que a aprendizagem é construída em cooperação a partir da atividade do sujeito diante das solicitações do meio, tendo o sujeito de conhecimento como um sujeito autônomo”. (FIGUEIREDO, 2010.p.38)

Na inclusão todos aprendem conviver com o diferente, o professor amplia seu conhecimento e se força inovar sua metodologia. Nas salas de aula há trocas, cooperativismo, coleguismo. O direito a educação escolar não pode ser negado e é uma forma de ajudar a todos a lutar em por sua liberdade.

O Complexo Educacional Municipal Professora Vera Lucia Pansardi Casagrande juntamente com a Secretaria Municipal de Educação oferece aos alunos de Educação Especial sala apropriada para essa modalidade, aos alunos com síndromes laudadas são auxiliados por monitores, alunos com dificuldade de aprendizagem são atendidos em salas multifuncionais.

Representa um avanço visto que nem todos os professores foram capacitados a esse trabalho.

Por exclusão educacional entende-se qualquer pessoa que por desventura não frequenta uma escola, mas a maior exclusão de fato encontra-se no momento em se vê um aluno na escola com dificuldades de aprendizagem e nada é feito para

que este saia dessa condição. Faz-se então necessário um trabalho que englobe fundo monetário de participação (essa é a parte do governo), o grande desejo de a escola refazer sempre seu projeto pedagógico de modo a poder flexibilizar o ensino e uma proposta que valorize o deficiente na sociedade.

“Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificadamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, adequação arquitetônica dos prédios escolares e organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações.” (GLAT, 2007.P.38).

A educação é o caminho básico para uma vida em sociedade. A educação transmite a cultura e ao mesmo tempo amplia os horizontes e faz o jovem sonhar com a vida a qual participa, tem sua independência, tem conhecimento da sociedade e que vive e do mundo que o rodeia. Pra GUIMARÃES (2002.p.12) “educação pública não deve ter sua destinação determinada pelas necessidades do mercado.” E, por falar em mercado, o deficiente também tem conhecimento de suas limitações, mas pela educação sabe que pode superar muita delas.

COOL (et al., 2004) é também uma das referências a nos informar que a educação especial passou por profundas transformações durante o século XX. O mundo da educação ampliou seu modo de pensar vendo a ideia de que todos somos iguais perante a lei. Essa é a base que permitiu os movimentos sociais irem mais longe exigindo escola para todos os deficientes. Contudo essa exigência não pode partir do apenas “nós queremos, nós exigimos”. A educação como um todo passou por uma intensa reflexão tanto no estudo de cada tipo de deficiência, como também ajuda na análise de como as escolas podem ajudar na inclusão dessas crianças ou adultos no mundo escolar e na vida em sociedade. Esse mesmo autor nos ensina que durante a primeira metade do século XX, acreditava-se que as deficiências eram puramente orgânicas, e isso os trouxe-nos duas consequências, uma é a necessidade de um diagnóstico preciso do transtorno, e a outra é a certeza de que tais alunos deveriam estar numa escola especial.

Acreditava-se que basta apenas inserir um aluno numa escola especial e o problema da inclusão estaria sendo resolvido. Sendo esse um pensamento equivocado lembrando que isso se chama “integração” e não inclusão.

MARCHESI (2004, p. 24) informa haver três tipos de integração assim sintetizados:

1. A integração física ocorre quando há classes de educação especial na escola regular, mas os alunos continuam de alguma forma, separados da escola embora possam compartilhar algumas dependências da mesma, como o pátio ou o refeitório.

2. A integração social ocorre na mesma forma que a integração física, porém, o que une os alunos regulares aos especiais são os jogos e as outras atividades extra-escolares.

3. A integração funcional ocorre quando alunos especiais participam da dinâmica da escola e estudam nas classes comuns.

Contudo, isso ainda não é inclusão e esta totalmente acontece nos moldes dos seguintes conceitos. A inclusão, portanto, é:

*“Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, a por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.” (SASSAKI, 1997, p. 41)”*

SASSAKI (1997) vê que inclusão não é apenas levar a criança ou jovem às escolas, mas que essa participação seja efetivamente da sociedade também. É, acima de tudo, viver com dignidade. Uma pessoa com necessidades especiais de educação também precisa que a sociedade seja educada, pois a vida depende de trocas, entendimento, respeito valores, etc.

Incluir é ensinar e aprender conforme se lê abaixo:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005, p. 44)

A proposta da escola inclusiva vem, portanto, de uma data nem tão pouco recente um pouco mais de três décadas e, considerando a vastidão do país e seus

enormes problemas típicos de um país em desenvolvimento, é natural haver ainda muito que fazer e aprender nessa área tem-se a história de lutas continua.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN 9394/96) ampara todos os brasileiros estabelecendo, no Art. 2º, que a educação é um direito da família na busca de pleno desenvolvimento para tal. Mas essa igualdade de condições nem sempre foi para todos. A educação especial ressentiu-se de escolas com degraus para subir, (o modelo de estrutura dos prédios é sempre o mesmo, contendo as salas de aula no andar de cima) de falta de professores e equipamentos especiais. Os governos brasileiros sabem que devem cumprir as leis constitucionais, possibilitar também o cumprimento da Declaração de Salamanca, dotando as unidades escolares de recursos que ajudem os alunos a se desenvolverem.

O fator gerador monetário para que as escolas consigam cumprir seu papel na inclusão é o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Diretrizes da Educação Nacional) conforme resolução nº4/2009, artigo 8, do CEB (Conselho Nacional de Educação) que contabiliza em dobro as despesas escolares de um aluno com necessidades especiais.

“Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB N°. 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular, público que tiveram matrícula concomitante no AEE.

- a) O financiamento da matrícula no AEE é condicionado à matrícula no ensino regular da rede pública, conforme registro no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior, sendo contemplada;
- b) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais da mesma escola pública;
- c) Matrícula em classe comum e em sala de recursos multifuncionais de outra escola pública;
- d) Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial pública;
- e) Matrícula em classe comum e em centro de Atendimento Educacional Especializado de instituição de Educação Especial comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2009 apud BRANDÃO, C 2010. p.6)

Essa resolução deixa clara a origem dos recursos monetários para que as escolas façam seu trabalho, e que o aluno especial deva ser matriculado se for preciso, em duas modalidades de recursos para o aprendizado como, por exemplo, classe comum e em centro de Atendimento Educacional, sempre sala comum em primeiro lugar e, daí, caso necessite, outra modalidade especial.

### 6.4.1 – Educação Inclusiva

A escola deve ser o lugar no qual toda criança pode crescer com sabedoria. É ela, a escola, que proporciona um encontro com os amiguinhos, lá se faz mais amigos, (briga, também, por que não?); as brigas ajudam a se conhecer e a conhecer as diversidades. A escola deve dar conta de todos os alunos, fazer com que todos tenham vontade de frequentá-la.

Os grandes desafios da educação, de acordo com GUIMARÃES, 2002.p.59-51, garantir a escolarização adequada aos alunos, principalmente aqueles que apresentam necessidades especiais, transformar a escola em um espaço democrático. Na parte legal, o desafio tende a ser buscar coerência entre discurso e prática. Nas escolas, romper com a dicotomia da integração, que apenas recebe a criança, todavia não a inclui de verdade oferecendo professores de apoio e pedagogos competentes. A orientação em GUIMARÃES (2002), MANTOAN (2006). GLAT (2007) entre outros, é que as escolas devem elaborar um projeto pedagógico que atenda a cada situação diferenciada, que promova a interação entre alunos, família e escola.

Não faz sentido, porém, as escolas seriadas, as provas, as avaliações escritas para todos os alunos visto que, por necessidades especiais entende-se também os cegos, os hiperativos, etc. E os desafios não param, e a escola inclusiva não põe barreiras no caminho de quem tem o direito de estar frequentando e, interagindo com o meio escolar e, sobretudo, aprendendo. Sobre esse assunto, mais uma vez cita-se:

A escola inclusiva oferece oportunidades de aprendizagem a todos. Não apenas as aprendizagens acadêmicas, mas aquelas que se referem à sensibilidade pela diversidade humana, à experiência com a riqueza da diferença e ao desenvolvimento do espírito de colaboração, aspectos tão significativos na construção de um sujeito. (GUIMARÃES, 2002.p.51).

A Convenção das Nações Unidas (2006) orienta sobre como deverão ser as escolas inclusivas. Teoricamente, basta que as escolas de ensino regular façam a matrícula da criança deficiente e a subsidie com professores competentes. Porém não é só isso. A escola precisa preparar esse aluno para enfrentar a vida, para se qualificar a fim que possa ser inserido na sociedade, quer dizer, as escolas precisam dar um passo muito grande para a inclusão.

Apesar de estar claro na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN- o amparo legal aos portadores de qualquer tipo de necessidades especiais, muito avanço ainda está por vir.

Em algumas regiões a Secretaria de Educação do Estado propõe um atendimento especial em uma escola polo, provando assim que não são todas as escolas providas de tudo uma inclusão de verdade e funcionar com a devida qualidade que todos merecem como complementa FIGUEIREDO (2010. p. 34).

Não basta garantir a acessibilidade, ou seja, é preciso criar as condições para que a escola se transforme em espaço verdadeiro de trocas que favoreçam o ato de ensinar e de aprender. Neste sentido, nosso país ainda tem um importante caminho a percorrer para assegurar educação a todos os jovens, crianças, adultos e adolescentes que integram o sistema público de ensino.

Transformar a escola é inová-la e buscar informações, concretizar o Projeto Político Pedagógico, é assegurar escola para todos e isso não quer dizer que “as matrículas estão abertas”, e sim dizer que as crianças na escola serão vistas pelas outras como um amigo, e serão aceitas naquela turma. Transformar a escola também é transformar a classe em um ambiente acolhedor. A escola precisa ser mais democrática, professores e gestores e equipes diretivas devem trabalhar juntos, compartilhar projetos. (FIGUEIREDO, 2010.p.37) complementa:

Em uma escola que organiza as situações de aprendizagem considerando as diferenças, o ensino e os apoios ao ensino se integram para orquestrar a aprendizagem, garantindo a participação efetiva dos alunos em todo em todas as práticas educativas. Elas se embasam na implementação de um ensino que leve em conta as especificidades de cada sujeito e que faz apelo à cooperação em situação de aprendizagem.

Um planejamento participativo só dará bons resultados se realmente professores e toda a escola se engajarem. Esse tipo de trabalho visa a dar mais respostas eficazes em se tratando de contribuições que cada pessoa pode apresentar.

Com o objetivo de se organizar perante as exigências da Conferência de Jontien e da Declaração de Salamanca, o Brasil estabelece na Constituição Federal (1988) os artigos 205 (educação direito de todos), artigo 206, Inciso I, (igualdade de

condições de acesso e permanência na escola) e no artigo 208, oferta de atendimento especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

(Em 1990 é publicado o ECA (Estatuto de criança e do adolescente), que permeia entre muitas determinações a Lei 8069/90, em que os pais são obrigados a matricular seus filhos com necessidades educacionais). Sempre que haja necessidade, surgem novas leis e/ou Resoluções garantindo o amparo e a permanência de pessoas deficientes nas escolas. Visto ser um tema relativamente novo carecendo de amadurecimento.

Em 1999 surge o Decreto n 3.298 que define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

Atualmente temos o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina as metas e diretrizes de educação para um período de dez anos (2014/2024). O importante é que esse Plano também é elaborado a nível estadual e municipal, permitindo que todos os envolvidos possam opinar e, nesse sentido, a educação de deficientes pode ganhar mais espaço.

A inclusão, de fato, norteia um Brasil para daqui a mais algumas décadas, visto ser nosso país uma escolha de trocas constantes de políticos governantes que não têm tratado esse tema conforme a abrangência que o problema possui.

Há muito trabalho ainda a ser feito, porém, os primeiros passos já foram dados, contudo muitas barreiras ainda existem:

- Saúde pública: a maioria dos brasileiros depende dela, que anda cada vez mais precária contendo poucos médicos especializados e nenhuma política preferencial.
- Área social: as verbas para essas áreas são as menores e o destino do pouco que chega às cidades tende a ficar estagnado, sem condições de resolver algum bom programa.
- Áreas de lazer, esporte e cultura praticamente não há projetos.
- Educação especial: às vezes, em alguns municípios, a escola especial é só mesmo um passeio para os alunos, pois não há estrutura alguma para funcionar como deve; as escolas comuns também não atendem como deveriam por falta de estrutura pedagógica. A realidade ainda é um desafio e não se deve esperar que milagres aconteçam, e a única forma de mudar é continuar lutando por uma inclusão em todas as áreas.

## 6.5 – CONCEPÇÕES DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O Sistema Pedagógico Estruturado de Ensino, adotado pelo município no ano letivo de 2022 que atende do maternal ao 5º ano através de apostilas visa a promover um ensino consistente, prático e de qualidade, favorecendo a formação de valores. O apostilamento tem um foco na valorização das interações humanas e almeja melhorar a visão dos educadores, possibilitando que eles atuem motivando e inspirando a vida dos alunos.

Além disso, esse sistema objetiva a formação integral de uma geração de cidadãos racional e emocionalmente preparados, capazes de compreender a multiplicidade do mundo, apresentando um equilíbrio das suas aptidões comportamentais e cognitivas. Por meio de um relacionamento pessoal focado na transparência, o Sistema Pedagógico Estruturado de Ensino transforma a vida dos profissionais de educação, docentes e alunos.

O material didático é constantemente atualizado e alinhando à BNCC e traz uma proposta educacional com base na Pedagogia Afetiva. Essa abordagem inovadora e exclusiva vem somar ao material pedagógico o trabalho de habilidades socioemocionais e as contribuições dos estudos de neurociências, de correntes educacionais e de estudos contemporâneos. Em conversas com professores e profissionais da educação mostraram-se favoráveis a utilização por diversos fatores

entre eles estão a melhoria da qualidade de ensino no município, a qualidade do Sistema Apostilado que se torna facilitadores da aprendizagem dos alunos e do trabalho do professor e principalmente na equidade de oportunidades dos alunos em relação as escolas privadas.

## **6.6- CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO**

O modelo de Sistema de Avaliação Diagnóstica e do Aproveitamento Escolar dos Alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Ibiporã busca o conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos alunos, colaborando para a diminuição da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.

A Avaliação Diagnóstica constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada na Educação Infantil desde o berçário (de forma oral) ao Pré II e no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, obrigatoriamente por todas as Unidades Educacionais.

A Avaliação Diagnóstica do ensino Fundamental será feita por 2 (dois) sistemas, um realizado pelo professor de cada turma, tabulado e entregue à S.M.E e o outro, realizado pelo Sistema Integrado de Ensino. Os dois modelos deverão ser aplicados seguindo um calendário único proposto pela assessoria da S.M.E. No Ensino Fundamental, a “Avaliação Diagnóstica” será pautada na BNCC e Referencial Curricular do Paraná, abrangendo os seguintes componentes curriculares para o Ensino Fundamental I:

I - Língua Portuguesa;

II – Matemática;

Para a Educação infantil, haverá apenas a avaliação diagnóstica realizada pela S.M.E e aplicada pelos professores, nesta avaliação serão utilizados os campos de experiências, saberes e conhecimentos pautados na BNCC.

A Avaliação Diagnóstica possui 5 (cinco) modelos diferentes de instrumentos de acordo com a série/turma (avaliações), serão pautados em questões do

componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática), por ano de escolarização.

A Unidade Educacional receberá os modelos de avaliação de Língua Portuguesa e de Matemática, e para a Educação Infantil, os modelos correspondentes a todas as turmas incluídas no sistema de educação, bem como, o arquivo padrão para realização da tabulação dos dados.

A reprodução e distribuição das avaliações e das folhas de respostas serão de responsabilidade das instituições de ensino, ocorrendo no mês de fevereiro, dentro dos respectivos horários de funcionamento.

A Avaliação Diagnóstica será realizada pela S.M.E e professores será aplicada pelos próprios professores Unidade Educacional e as orientações para a aplicação serão fornecidas em um “Guia de Aplicação da Avaliação Diagnóstica, enviado pelas assessorias da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da S.M.E. A Avaliação diagnóstica do Sistema Educacional Estruturado contará com material, guia de aplicação e análise dos dados enviados por eles.

Os dados coletados pelos professores da rede, através da Avaliação Diagnóstica, deverá ser analisados e estruturados pela coordenação pedagógica, e entregues à S.M.E.

Os resultados das Avaliações Diagnósticas serão disponibilizados para cada instituição de ensino.

Caberá ao Diretor da Unidade Educacional adotar as providências necessárias para o êxito de cada aplicação, correção e análise dos resultados da avaliação diagnóstica, especialmente, no que se refere a:

Organização dos espaços e horários de aplicação da prova; garantia de que os alunos tenham os materiais escolares apropriados, tais como: caneta, lápis, borracha e apontador; ampla divulgação do evento a toda comunidade escolar; segurança e sigilo das provas que integram essas avaliações; entrega dos resultados no prazo estipulado; ampla divulgação da presente instrução, dos materiais de orientação para aplicação, do guia de correção e da disponibilidade dos resultados da Avaliação Diagnóstica à S.M.E.

Caberá à Secretaria Municipal de Educação a análise dos dados da avaliação diagnóstica elaborada pela S.M.E e ao Sistema Integrado Educacional

Integrado os dados de sua avaliação, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental a fim de realizar as devidas interferências para sanar as dificuldades encontradas.

Através dos dados extraídos da Avaliação Diagnóstica os alunos do 1º ao 5º ano.

Serão atendidos por níveis de aprendizagem e trabalhados as suas principais dificuldades.

Nas instituições de período integral o reforço será realizado pelo professor regente no período vespertino

A Avaliação Bimestral constitui-se numa avaliação periódica, a ser aplicada ao final de cada Bimestre conforme previsto no calendário escolar do 1º ano ao 5º ano, nas disciplinas de língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, educação física, arte e inglês, obrigatoriamente por todas as Unidades Educacionais que mantêm o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino. Além das avaliações sistematizadas. O acompanhamento individualizado periódico da criança deverá ser realizado, no mínimo, uma vez por bimestre, por meio da Ficha de Acompanhamento de Individual do Aluno, abrangendo aspectos da trajetória aprendizagem e comportamental.

A Avaliação Bimestral será composta por duas avaliações com valor de 5,0 pontos cada uma, totalizando 10,0 pontos. A primeira composta por questões elaboradas pelo professor regente e a segunda composta pelo Sistema Integrado de Educação. Na disciplina de inglês, caberá ao professor da disciplina a elaboração da primeira avaliação.

A Avaliação Bimestral da disciplina de Arte será composta pela avaliação do Sistema Integrado de Educação – Máxi no valor de 5,0 pontos e trabalhos elaborados pelo professor da disciplina no valor de 5,0 pontos, totalizando assim, 10,0 pontos e na disciplina de Educação Física, a avaliação bimestral será composta por uma avaliação elaborada pelo professor da disciplina no valor de 5,0 pontos e trabalhos elaborados pelo mesmo, no valor de 5,0 pontos, totalizando 10,0 pontos.

A Avaliação de Recuperação Semestral ocorrerá ao final do 1º e 2º semestre, visando a substituição da menor nota abaixo média (6,0) de cada

semestre. Os conteúdos para essas avaliações serão de acordo com o planejamento trabalhado em cada semestre. Para essa Avaliação de Recuperação Semestral, aplicar-se-á apenas uma avaliação no valor de 10,0 pontos.

A Avaliação Semestral do Sistema Educacional e Estrutura constitui-se numa avaliação censitária, de larga escala, a ser aplicada, do 1º ano ao 5º ano, obrigatoriamente por todas as Unidades Educacionais que mantêm o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Ibiporã. As questões que comporão a Avaliação Semestrais serão pautadas nas Diretrizes da BNCC e Referencial Teórico do Paraná, onde atenderão à Matriz de referência para avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental e a seleção das questões serão realizadas de forma colaborativa entre a Equipe Pedagógica da S.M.E e o Sistema de Ensino adotado pela Secretaria de Educação, serão observados os padrões estabelecidos para avaliações.

A Unidade Educacional receberá cadernos de provas, correspondentes a todas as turmas incluídas no sistema de ensino de cada unidade escolar, havendo a reprodução de cadernos de provas ampliadas para alunos com baixa-visão, prova em Braille, prova adaptada para alunos surdos e em formato em Libras, que serão encaminhados para as Unidades Educacionais que possuam alunos com deficiência (surdez, cegueira, baixa-visão), cadastrados no Sistema de Ensino e confirmados pela S.M.E.

A Avaliação Semestral para o 1º ao 5º ano será composta por dois cadernos de provas nas seguintes disciplinas:

Caderno 1: Língua Portuguesa

Caderno 2: Matemática

A reprodução, distribuição das folhas de respostas e cadernos de provas serão de responsabilidade do Sistema de Ensino Integrado- e da Secretaria Municipal de Educação, e a entrega ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis antes da data de cada aplicação nas Instituições de Ensino, dentro dos respectivos horários de funcionamento.

A Avaliação Semestral será aplicada por professores de outra Unidade Educacional e as orientações para a aplicação serão fornecidas no Guia de aplicação da Avaliação Semestral, que será disponibilizado nos veículos de

comunicação da SME com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data da aplicação da Avaliação Semestral.

A correção das questões da Avaliação Semestral deverá ser realizada conforme instrução enviada pela S.M.E. A Unidade Educacional deverá digitalizar as folhas de respostas, conferir a integridade da digitalização, fazer a compressão dos dados (em formato .zip ou .rar) e, por fim, anexar o arquivo (upload).

As Unidades Educacionais que não digitalizarem os resultados deverão apresentar justificativa por escrito à Secretaria Municipal de Educação no prazo de 2 (dois) dias úteis após o prazo final de coleta das informações

As datas das Avaliações Semestrais e digitalização das folhas de respostas seguirão o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação para a rede de ensino. Os resultados das Avaliações Semestrais e o Caderno de Fichas deverá ser entregue ao término do prazo de digitalização das folhas de respostas.

Caberá ao Diretor da Unidade Educacional adotar as providências necessárias para o êxito da aplicação, correção e análise dos resultados da Avaliação Semestral, especialmente, no que se refere a:

- Organização dos espaços e horários de aplicação da prova; garantia de que os alunos tenham os materiais escolares apropriados, tais como: caneta, lápis, borracha e apontador; ampla divulgação do evento a toda comunidade escolar; segurança e sigilo das provas que integram essas avaliações;

Digitalização dos resultados no prazo estipulado; ampla divulgação da presente instrução normativa, dos materiais de orientação para aplicação, do guia de correção e da digitalização de resultados da Avaliação Semestral. A Secretaria Municipal de Educação oferecerá suporte técnico e administrativo às Unidades Educacionais de modo a garantir a plena realização das atividades inerentes à Avaliação Semestral.

Organização dos espaços e horários de aplicação da prova; ampla divulgação do evento a toda comunidade escolar; segurança e sigilo das provas que integram essas avaliações;

Caberá à S.M.E a implementação do sistema pedagógico estruturado de ensino para alunos e professores da Rede Municipal de Educação, compreendendo a Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Esse sistema é composto de:

Livros didáticos para alunos e professores do Ensino Infantil e Fundamental I;

Assessoramento Pedagógico

Plataforma digital de aprendizagem para alunos e professores;

Formação continuada e capacitação de docentes e gestores com carga horária de 140 horas para Educação Infantil e Fundamental I;

Avaliação de aprendizagem para alunos;

Avaliação institucional para a gestão municipal; VII - Material específico para as disciplinas de Educação Física, Inglês e Arte, de acordo com as normas da BNCC e Referencial Curricular do Paraná;

Material específico de História e Geografia do Paraná para os anos finais do Ensino Fundamental;

O Sistema Estruturado de Ensino já está implantado desde fevereiro de 2022, auxiliando na aprendizagem do educando, buscando diminuir a defasagem de aprendizagem ampliada devido ao período pandêmico. Esse sistema compõe avaliação diagnóstica, avaliação bimestral, avaliação de larga escala, apostilamento, plataforma digital e Formação Continuada para os professores.

Aos alunos do Ensino Fundamental, incapacitados de presença às aulas e que mantenham condições físicas, intelectuais e emocionais para realizar aprendizagem aplicar-se-á regime de exercícios domiciliares.

## **7. PREPOSIÇÕES DE AÇÕES – METAS**

As metas a serem alcançadas pelas ações escolares constituem um recurso estratégico fundamental para o sucesso da instituição a curto, médio e longo prazo. Isso porque as metas são integrantes de objetivos maiores que ajudam a comunidade escolar a se concentrar na jornada e alocar seus recursos e tempo de forma mais eficiente. Do ponto de vista pedagógico, as metas auxiliam no desempenho e ajudam a identificar pontos fracos e fortes, impulsionando a educação rumo ao propósito desejado. mais ainda, para implantar um plano

estratégico de crescimento, as metas devem definir o que a escola pretende alcançar.

Uma combinação de bom planejamento e **COMUNICAÇÃO** garantirá que todas as partes interessadas incluindo famílias, professores, estudantes, administradores e diretores engajem-se diante de tais objetivos. Por isso, a implementação bem-sucedida do plano estratégico requer, entre outras coisas, a definição de metas plausíveis.

<b>Dimensão</b>	<b>Fontes de atuação</b>	<b>Objetivo que queremos alcançar?</b>	<b>Meta- Qual resultado atingir?</b>	<b>Prazo em quanto tempo?</b>	<b>Ações- O que fazer, onde queremos chegar?</b>	<b>Detalhamentos das ações, como desenvolver essas ações?</b>	<b>Responsável- Quem irá executar?</b>
<b>Redução de reprovação</b>	Alunos -excesso de faltas. -Defasagem de aprendizagem	-Presença dos alunos na escola. -Maior rendimento na aprendizagem. -Alinhamento: escola e família.	-Aumentar a frequência. -Alcançar o aprendizado e avancem para o ano subsequente.	- Durante o ano letivo.	- Conscientização dos alunos e famílias. - Momentos de leitura e escrita espontânea. -Histórias ouvidas, lidas e interpretadas.	-Aulas lúdicas e diversificadas. -Trabalho fora de sala de aula cm conteúdos de acordo com a realidade do aluno. - Programa tempo de aprender.	-Professor - Coordenação pedagógica. -Direção -Família
<b>Redução de abandono</b>	-Ações conjunta entre escola/família - Acompanhamento diário dos alunos.	-Participação ativa da família. -Encaminhamento para Comitê de Evasão.	- Abertura da escola para a família. -Solidificar a importância da escola para as famílias.	- Durante o tempo em que o aluno estiver inserido na escola	- Diálogos acordos e participação da família.	-Desenvolver nos pais e alunos a auto crítica e críticas construtivas para para assim contribuir com o bom andamento da escola	- Equipe escolar -APM -Conselho Tutelar -Alunos - Responsável pelo aluno. - Comitê de Evasão.

<b>Melhoria de aprendizagem em de leitura, interpretação e escrita</b>	Promoção e Incentivo à leitura.	- Desenvolver o prazer e o gosto pela leitura.  - Alunos críticos e capazes de mudar sua realidade e da sociedade em que vivem	- Bons leitores  - Facilidade em entender e explicar o que lêem  Desenvolvimento global do aluno.  - Saber se expressar de forma clara e correta.	- Durante todo ano letivo  - Quando exigido.	- Desenvolver novas estratégias.  - Buscar novos conhecimentos.  - Trocas experiências  - Incentivar o desenvolvimento de alunos	- Ambientes propícios e prazerosos para leitura  - Leitura coletiva  - Livros sempre a disposição.	- Professores - Coordenação  Pedagógica  - Direção  - Alunos
	Interpretação de textos e imagens em todas as disciplinas						
	Visitas a outros ambientes para desenvolver ações diferenciadas.	Despertar um clima de harmonia dentro da escola onde um aprende com o outro.					
<b>Interpretação de dados e informações para resolução e problemas</b>	Interpretação de dados e informações de problemas, buscando dentro da tecnologia maneiras eficazes de aprendizagem	Que o aluno compreenda informações expostas no gráfico e na tabela, bem como em outras situações que exijam raciocínio lógico.	- Interpretação e resolução dos problemas apresentados.  - Facilidade em entendimento do mesmo.	Durante todo ano letivo..	- Utilizar da interdisciplinaridade para obter sucesso em todas as disciplinas	Trazer para a realidade do aluno de forma científica para que ele possa relacionar de forma informal ao seu dia a dia.	- Professores  - Alunos -Coordenação  - Família
	Interpretação de dados em gráficos e tabelas						
	Cálculos e desenvolvimento de raciocínio lógico						

## **Projeto em comemoração aos 75 anos da cidade de Ibiporã**

O município de Ibiporã tem uma área de 302 km<sup>2</sup>, representando 0,1506 por cento do estado, 0,0533 por cento da Região Sul do Brasil e 0,0035 por cento de todo o território brasileiro. Localiza-se a uma latitude 23°16'08" sul e a uma longitude 51°02'52" oeste, estando a uma altitude de 497 metros acima do nível do mar.

O município apresenta relevo predominantemente suave ondulado. O relevo da sede do município é também ondulado com declividades acentuadas próximas às nascentes de córregos, chegando às vezes a declividades superiores a vinte por cento.

Ibiporã está localizada na microrregião de Londrina, parte integrada da mesorregião geográfica do Norte Paranaense, está situado no terceiro Planalto Paranaense, distante 413 quilômetros de Curitiba e treze quilômetros da cidade de Londrina.

É para nós uma alegria poder participar dos festejos pelos 75 anos desta linda cidade, que há 75 anos, no dia 15 julho de 1936, Ibiporã (PR) iniciava a sua história recente, com a inauguração de uma acanhada estação ferroviária de madeira na linha da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná (EFSP), na época em construção. Naquele ano, teve início também o núcleo urbano local, projetado pelo engenheiro e fundador Alexandre Gutierrez Beltrão (1896-1987). Por ter sido o marco inicial do município e a obra que desencadeou a construção de uma cidade ao seu redor, a estação ferroviária foi escolhida como tema desta pesquisa. Local que foi ponto de chegada dos primeiros habitantes que se fixaram na cidade e ponto de referência para a criação do povoado. Afinal, quando o engenheiro Beltrão se instalou em Ibiporã em 1936 para iniciar o traçado da cidade, “os primeiros 15 quarteirões ficavam próximos à estação”, afirma Bisotto (2008, p. 19) no livro *Compêndio histórico de Ibiporã* – publicado em dois volumes e principal fonte de consulta disponível sobre a história local. Essa primeira estação, marco de ocupação, foi demolida por volta de 1952 para dar lugar a um prédio maior, de alvenaria, que hoje, preservado, é a única construção da cidade tombada pela

Coordenadoria do Patrimônio Histórico do Estado do Paraná, processo concluído em 2001 (PARANÁ, 2006, p. 218). Após o tombamento, a Prefeitura de Ibiporã, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a cessão do prédio, que estava deteriorado e abandonado, para transformá-lo em um espaço de memória. Obteve recursos federais para a restauração e reforma, que ocorreu entre 2010 e 2012, e devolveu a estação à população como o Museu do Café<sup>1</sup>, espaço atual de visitação, pesquisa histórica e projetos pedagógicos. Apesar dessa importância e de fazer parte da memória comum dos pioneiros<sup>2</sup> como um “lugar de pertencimento” de Ibiporã, conforme os conceitos de Augé (1994) e Tuan (2013), a história da estação é pouco estudada e havia, até o início dessa pesquisa, poucas informações precisas que identificassem as fotografias mais antigas disponíveis no Museu Histórico e de Artes de Ibiporã (MHAI)<sup>3</sup>, mantido pelo município.

### **Projeto Pequenos Leitores Grandes Escritores**

Criamos o Projeto “Pequenos Leitores Grandes Escritores”, com o intuito de formar novos leitores e conscientizar os familiares sobre a importância da leitura para as crianças.

Após termos conteúdo literário, vocabulário vasto e principalmente envolvimento com a literatura infantil, incentivamos nossos alunos a escreverem seus próprios livros.

Os livros serão formatados, editados e impressos, na qual resultará uma exposição maravilhosa e emocionante.

### **Objetivos**

- Trabalhar a literatura na escola como possível formadora de alunos em sujeitos que simplesmente, não pertençam a uma sociedade, porém a questionam e a transformam.
- Despertar e incentivar o interesse pela leitura e pela escrita, mostrando aos alunos diferentes portadores de texto.
- Desenvolver o raciocínio linguístico, compreendendo as ideias expostas em cada livro, transmitindo-as em suas produções.

- Compreender e usar a Língua Portuguesa, através das leituras e das produções, como geradora de significados, de organização e representação do mundo e da própria identidade.
- Aproximar os alunos do universo escrito, para que possam manuseá-lo, reparando na beleza das imagens, relacionando com o texto com a ilustração, manifestando sentimentos, experiências, ideias e opiniões, definindo preferências e construindo seus próprios desejos de leitura.
- Enriquecer o vocabulário, desenvolvendo as habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever.
- Propor atividades em que os alunos tenham a oportunidade de perguntar, prever, recapitular, opinar, resumir, comparar, confrontar e fazer seus próprios entendimentos.

Toda Escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é que dá forma e vida ao chamado projeto político pedagógico- o famoso PPP. As próprias palavras compõem o nome do documento e dizem muito sobre ele:

- É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.
- É **político** por considerar a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.
- É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino aprendizagem.

Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha força de um guia – aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, dizem os especialistas, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos:

- Missão
- Clientela
- Dados sobre aprendizagem

- Relação com as famílias
- Recursos
- Diretrizes pedagógicas
- Plano de ação.

O Projeto Pedagógico é, ao mesmo tempo, um dever e um direito da escola. Deve ser um instrumento democrático, abrangente e duradouro.

É preciso definir:

- As propriedades da escola;
- As ações que a escola irá desenvolver;
- As pessoas que irão realizá-las.

METAS ou OBJETIVOS - Justificativa das ações – Estratégias – Responsáveis- Período – Recursos.

- O que fazer?
- Por que fazer?
- Como fazer?
- Quem vai fazer?
- Quando?
- Com que fazer?

OBJETIVO ESTRATÉGICO.

- Fortalecer a participação dos pais na escola.

METAS:

- Promover pelo menos duas atividades esportivas com os pais dos quartos anos;
- Desenvolver uma ação pedagógica com os pais dos primeiros anos;
- Promover eventos participativos com inclusão da comunidade escolar (família, funcionários e alunos). Exemplos: artesanatos confeccionados pelos pais na escola; feira cultural.

### **Projeto em comemoração aos 75 anos da cidade de Ibiporã**

O município de Ibiporã tem uma área de 302 km<sup>2</sup>, representando 0,1506 por cento do estado, 0,0533 por cento da Região Sul do Brasil e 0,0035 por cento de todo o território brasileiro. Localiza-se a uma latitude 23°16'08" sul e a uma longitude 51°02'52" oeste, estando a uma altitude de 497 metros acima do nível do mar.

O município apresenta relevo predominantemente suave ondulado. O relevo da sede do município é também ondulado com declividades acentuadas próximas às nascentes de córregos, chegando às vezes a declividades superiores a vinte por cento.

Ibiporã está localizada na microrregião de Londrina, parte integrada da mesorregião geográfica do Norte Paranaense, está situado no terceiro Planalto Paranaense, distante 413 quilômetros de Curitiba e treze quilômetros da cidade de Londrina.

É para nós uma alegria poder participar dos festejos pelos 75 anos desta linda cidade, que há 75 anos, no dia 15 julho de 1936, Ibiporã (PR) iniciava a sua história recente, com a inauguração de uma acanhada estação ferroviária de madeira na linha da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná (EFSP), na época em construção. Naquele ano, teve início também o núcleo urbano local, projetado pelo engenheiro e fundador Alexandre Gutierrez Beltrão (1896-1987).

Por ter sido o marco inicial do município e a obra que desencadeou a construção de uma cidade ao seu redor, a estação ferroviária foi escolhida como tema desta pesquisa. Local que foi ponto de chegada dos primeiros habitantes que se fixaram na cidade e ponto de referência para a criação do povoado. Afinal, quando o engenheiro Beltrão se instalou em Ibiporã em 1936 para iniciar o traçado da cidade, “os primeiros 15 quarteirões ficavam próximos à estação”, afirma Bisotto (2008, p. 19) no livro *Compêndio histórico de Ibiporã* – publicado em dois volumes e principal fonte de consulta disponível sobre a história local.

Essa primeira estação, marco de ocupação, foi demolida por volta de 1952 para dar lugar a um prédio maior, de alvenaria, que hoje, preservado, é a única construção da cidade tombada pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico do Estado do Paraná, processo concluído em 2001 (PARANÁ, 2006, p. 218). Após o tombamento, a Prefeitura de Ibiporã, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) a cessão do prédio, que estava deteriorado e abandonado, para transformá-lo em um espaço de memória. Obteve recursos federais para a restauração e reforma, que ocorreu entre 2010 e 2012, e devolveu a estação à população como o Museu do Café<sup>1</sup>, espaço atual de visitação, pesquisa histórica e projetos pedagógicos.

Apesar dessa importância e de fazer parte da memória comum dos pioneiros<sup>2</sup> como um “lugar de pertencimento” de Ibiporã, conforme os conceitos de Augé (1994) e Tuan (2013), a história da estação é pouco estudada e havia, até o início dessa pesquisa, poucas informações precisas que identificassem as fotografias mais antigas disponíveis no Museu Histórico e de Artes de Ibiporã (MHA)<sup>3</sup>, mantido pelo município.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MEC. *Lei n. 9.394*, 20 dez 1996. São Paulo: SE/CENP, 1998.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

\_\_\_\_\_. *Metodologia Histórico-Crítica: processo dialético de construção do conhecimento escolar*. Disponível em: [www.educacao-online.pro.br/metodologia\\_historico.asp](http://www.educacao-online.pro.br/metodologia_historico.asp).

\_\_\_\_\_. *A Educação no Século XXI*. Caderno Pedagógico. Publicação comemorativa dos 50 anos da APP- Sindicato. Curitiba: Popular, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996*. 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: Acesso em: 10/06/2020.

CHAVES, Eduardo. *Tecnologia e Educação: O futuro da escola na sociedade da informação*. Campinas, SP: Mindware, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. A atuação de Dermeval Saviani na educação brasileira: um depoimento. In: EMER, Ivo Oss. *Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola*, Fundação Getúlio Vargas – RJ, 1991. Tese de Doutorado  
Duk, Cynthia. *Educar na Diversidade – Material de formação docente*. 3.ed., Brasília: MEC. 2007

HOFFMANN, Jussara. *Mitos e Desafio. Uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: 1993.

PARANÁ, *Currículo para a Escola Pública do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 1990.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 33 ed. Revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

Veiga, 1997

# ANEXOS

## ANEXO I

**Turma:** 1º Ano A

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Arte	Educação Física	Matemática	Português	Português
8:30 - 9:20	Arte	Educação Física	Matemática	Português	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Inglês	Matemática	Português	Matemática	Ciências
10:30 - 11:30	Inglês	Matemática	Português	Matemática	Ciências

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>
14:00-14:50	Reforço/Português	Reforço/Matemática	História	Geografia	Produção de Texto
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 -16:00	Reforço/Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor				

**Turma:** 1º Ano B  
**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Inglês	Matemática	Matemática	Português	Português
8:30 - 9:20	Inglês	Matemática	Matemática	Português	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Arte	Educação Física	Português	Matemática	Ciências
10:30 - 11:30	Arte	Educação Física	Português	Matemática	Ciências

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Geografia	Produção de Texto
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 -16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor				

**Turma:** 1º Ano C

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Educação Física	Inglês	Matemática	Português	Português
8:30 - 9:20	Educação Física	Inglês	Matemática	Português	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Matemática	Arte	Português	Matemática	Ciências
10:30 - 11:30	Matemática	Arte	Português	Matemática	Ciências

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Geografia	Produção de Texto
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor				

**Turma:** 1º Ano D

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Matemática	Arte	Matemática	Português	Português
8:30 – 9:20	Matemática	Arte	Matemática	Português	Português
9:20 – 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Educação Física	Inglês	Português	Matemática	Ciências
10:30 -11:30	Educação Física	Inglês	Português	Matemática	Ciências

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Geografia	Produção de Texto
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor				

**Período: Matutino**

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Matemática	Português	Inglês	Arte	Português
8:30 - 9:20	Matemática	Português	Inglês	Arte	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Português	Matemática	Educação Física	Matemática	Ciências
10:30 - 11:30	Português	Matemática	Educação Física	Matemática	Ciências

**Período: Vespertino**

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Produção de Texto	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor			

**Turma:** 2º Ano B

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Matemática	Português	Arte	Educação Física	Português
8:30 - 9:20	Matemática	Português	Arte	Educação Física	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Português	Matemática	Inglês	Matemática	Ciências
10:30 - 11:30	Português	Matemática	Inglês	Matemática	Ciências

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Produção de Texto	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor			

**Turma:** 2º Ano C

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Matemática	Português	Educação Física	Inglês	Português
8:30 - 9:20	Matemática	Português	Educação Física	Inglês	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Português	Matemática	Arte	Matemática	Ciências
10:30 -11:30	Português	Matemática	Arte	Matemática	Ciências

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Produção de Texto	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>			

**Turma:** 3º Ano A

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Matemática	Português	Educação Física	Português	Inglês
8:30 - 9:20	Matemática	Português	Educação Física	Português	Inglês
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Português	Matemática	Ciências	Matemática	Arte
10:30 - 11:30	Português	Matemática	Ciências	Matemática	Arte

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Produção de Texto	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor			

**Turma:** 3º Ano B

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Matemática	Português	Arte	Português	Educação Física
8:30 - 9:20	Matemática	Português	Arte	Português	Educação Física
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Português	Matemática	Ciências	Matemática	Inglês
10:30 - 11:30	Português	Matemática	Ciências	Matemática	Inglês

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais (6ª hora)	História	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	Produção de Texto	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor

**Turma:** 3º Ano C

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Matemática	Português	Ciências	Educação Física	Português
8:30 – 9:20	Matemática	Português	Ciências	Educação Física	Português
9:20 – 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Português	Matemática	Arte	Inglês	Matemática
10:30 -11:30	Português	Matemática	Arte	Inglês	Matemática

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais (6ª hora)	História	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	Produção de Texto	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor

**Turma:** 4º Ano A

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Inglês	Português	Ciências	Matemática	Português
8:30 - 9:20	Inglês	Português	Ciências	Matemática	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Arte	Matemática	Português	Educação Física	Matemática
10:30 - 11:30	Arte	Matemática	Português	Educação Física	Matemática

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor

**Turma:** 4º Ano B

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Arte	Matemática	Ciências	Matemática	Português
8:30 – 9:20	Arte	Matemática	Ciências	Matemática	Português
9:20 – 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Inglês	Educação Física	Português	Português	Matemática
10:30 -11:30	Inglês	Educação Física	Português	Português	Matemática

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor

**Turma:** 4º Ano C

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Português	Inglês	Ciências	Matemática	Português
8:30 – 9:20	Português	Inglês	Ciências	Matemática	Português
9:20 – 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Matemática	Arte	Matemática	Português	Educação Física
10:30 - 11:30	Matemática	Arte	Matemática	Português	Educação Física

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Produção de Texto	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:00-14:50	Reforço/ Português	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hor Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>

**Turma:** 5º Ano A

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Português	Arte	Ciências	Matemática	Português
8:30 – 9:20	Português	Arte	Ciências	Matemática	Português
9:20 – 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Matemática	Inglês	Educação Física	Português	Matemática
10:30 -11:30	Matemática	Inglês	Educação Física	Português	Matemática

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
<b>11:30-13:00</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais (6ª hora)	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:00-14:50	Produção de Texto	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 - 16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor

**Turma:** 5º Ano B

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Português	Educação Física	Inglês	Matemática	Português
8:30 - 9:20	Português	Educação Física	Inglês	Matemática	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Matemática	Arte	Ciências	Português	Matemática
10:30 - 11:30	Matemática	Arte	Ciências	Português	Matemática

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais (6ª hora)	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:00-14:50	Produção de Texto	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 -16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>	<b>Hora Atividade do professor</b>

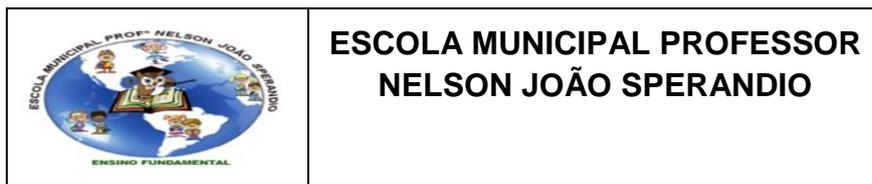
**Turma:** 5º Ano C

**Período:** Matutino

Horário	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
7:30 - 8:30	Português	Ciências	Educação Física	Matemática	Português
8:30 - 9:20	Português	Ciências	Educação Física	Matemática	Português
9:20 - 9:40	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>	<b>intervalo</b>
9:40 - 10:30	Matemática	Matemática	Inglês	Português	Arte
10:30 - 11:30	Matemática	Matemática	Inglês	Português	Arte

**Período:** Vespertino

Horário	Segunda-eira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
11:30-13:00	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>	<b>Almoço</b>
13:00-14:00	Atividades recreativas, lúdicas, esportivas ou culturais <b>(6ª hora)</b>	Produção de Texto	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:00-14:50	Produção de Texto	Reforço/ Português	Reforço/ Matemática	História	Geografia
14:50-15:10	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>	<b>Intervalo</b>
15:10 -16:00	Reforço/ Português	Ensino Religioso	Reforço/ Matemática	Informática/ Biblioteca	Projetos da Secretaria de Educação
16:00-17:00	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor	Hora Atividade do professor



## ANEXO II

DECLARAÇÃO DE LEGALIDADE EMITIDA PELO CONSELHO ESCOLAR DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: **ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR NELSON JOÃO SPERANDIO** – ENSINO FUNDAMENTAL

**ASSUNTO:** Declaração de Legalidade referente ao Projeto Político-Pedagógico e ao Regimento Escolar

A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR NELSON JOÃO SPERANDIO, apresenta o Projeto Político- Pedagógico/Regimento Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar.

O Conselho Escolar emite a presente Declaração que resulta da verificação da legalidade do Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar da referida Instituição.

O presente Projeto Político-Pedagógico/Regimento Escolar atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022

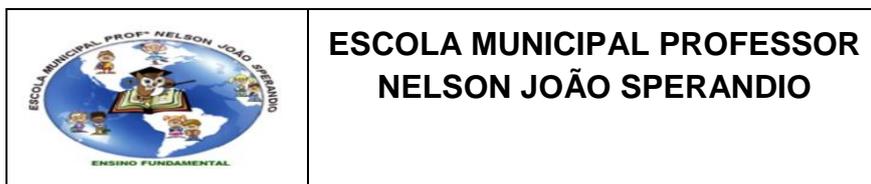
É o que tinha a declarar

Ibiporã, 07 de junho de 2022

---

Presidente do Conselho Escolar da Instituição

Eliane de Fátima Souza



### **ANEXO III - Parecer de Legalidade emitido pelo C.M.E - Conselho Municipal de Educação**

**PARECER Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - CME**

**ASSUNTO:** Parecer de Legalidade do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar

A Escola Municipal Professor Nelson João Sperandio apresenta o Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar elaborado pela Comunidade Escolar e aprovado pelo seu Conselho Escolar - para instituições públicas ou Mantenedora – para instituições privadas).

O Conselho Municipal de Educação de Ibiporã emite o presente Parecer que resulta da verificação da Declaração de Legalidade nº \_\_\_\_\_ emitida pelo **Conselho Escolar ou Mantenedora** da referida Instituição, situada no município de **Ibiporã-PR** e mantida pela **Secretaria Municipal de Educação**.

O presente Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar atende os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, da Deliberação nº 02/2018-CP/CEE/PR, da Deliberação 03/2018-CP/CEE/PR que versa sobre o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, bem como o pedido através da Instrução Normativa nº 03/2022 .

Este é o parecer.

Conselho Municipal de Educação de Ibiporã, PR

---

**Assinatura e carimbo do Presidente do Conselho Municipal de Educação**



**ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR  
NELSON JOÃO SPERANDIO**

**ANEXO IV- Ato de Homologação do Projeto Político-Pedagógico e do  
Regimento Escolar a ser Emitido pela Mantenedora**

**CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA MUNICIPAL Nº 03/2022**

**ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº/**

**Secretaria Municipal de Educação**

A Secretaria Municipal de Educação, mantenedora da Escola Municipal Nelson João Sperandio no uso das atribuições legais conferidas através da Instrução Normativa nº 03/2022 e Parecer de Legalidade nº \_\_\_\_\_.

**HOMOLOGA**

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar da Escola Municipal **Nelson João Sperandio** do município de Ibiporã, com a oferta do: 1º ao 5º ano do ensino Fundamental

Art. 2º - O Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de \_\_\_\_\_, ficando revogado o Ato de Homologação nº \_\_\_\_\_ e disposições em contrário.

---

**Antonio Prata Neto**  
**Secretário Municipal de Educação**

